

SECRETARIA-ADJUNTA III

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA – CODIP

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA DÍVIDA PÚBLICA – COGEP

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA - CODIV

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA – CODIP

1. Gestão de Programas e Ações

1.1 Programa ou Ação (não orçamentários)

Descrição

Leilões de títulos da dívida pública mobiliária interna (DPMFi).

Objetivos

Obter recursos para refinanciamento da DPMFi seguindo as diretrizes descritas no PAF-2007.

Unidade Responsável

CODIP/STN.

Beneficiários

Governo Federal, na Gestão da Dívida Pública.

Indicadores de Desempenho

Captar os recursos suficientes para cumprir as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NSSP) de responsabilidade da DPMFi. O processo foi eficaz e a área responsável é a CODIP.

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica.

Resultados alcançados

No exercício de 2007 foram realizados 240 leilões, nos quais foram captados R\$ 356,25 bilhões, comprados R\$ 134,66 bilhões e trocados R\$ 23,95 bilhões.

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

1.2 Programa ou Ação (não orçamentários)

Descrição

Operações estruturadas envolvendo títulos da DPMFi de responsabilidade do Tesouro Nacional

Objetivos

Melhorar o perfil da DPMFi em consonância com as diretrizes traçadas no PAF-2007.

Unidade Responsável

CODIP/STN.

Beneficiários

Governo Federal, na Gestão da Dívida Pública.

Indicadores de Desempenho

Não se aplica.

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica.

Resultados alcançados

Foram realizadas, ao longo de 2007, diversas operações estruturadas envolvendo títulos da DPMFi a saber:

- a) BANRISUL – Permuta de CFT-A3 do PROAGRO por NTN-B (fev/07);
- b) JP Morgan – Permuta de NTN-M por NTN-B (jun/07);
- c) JP Chase – Permuta de NTN-M por NTN-B (jun/07);
- d) BRADESCO Asset Management – BRAM – Permuta de ESTG980601 e e) ESTB980615 por NTN-B e LTN (jun/07);
- f) DRESNER – Permuta de NTN-M e NTN-I por NTN-B (jul/07);
- g) BANCO DO BRASIL – Permuta de ASTN3 RSDD por LTN (Nov/07).

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

1.3 Programa ou Ação (não orçamentários)**Descrição**

Acompanhamento e análise do mercado financeiro doméstico por meio de monitoramento de notícias e cotações de ativos financeiros em tempo real e também através de contato telefônico com os *dealers*.

Objetivos

Prover subsídios para a realização dos leilões de títulos públicos da dívida interna.

Unidade Responsável

CODIP/STN.

Beneficiários

Governo Federal, na Gestão da Dívida Pública.

Indicadores de Desempenho

Não aplicável.

Metas físicas e financeiras previstas

Metas Físicas Previstas e Realizadas Diariamente para subsidiar a execução dos leilões de títulos públicos:

- Efetuar pesquisa de demanda por títulos junto a *Dealers*;
- Acompanhamento do Mercado Financeiro como, por exemplo: acompanhar o *call* de prefixados e pós-fixados;
- Compilar o consenso das informações.

Resultados alcançados

Não aplicável.

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

1.4 Programa ou Ação (não orçamentários)**Descrição**

Captação de recursos no mercado internacional.

Objetivos

Obter moeda estrangeira para refinanciamento da dívida externa.

Unidade Responsável

CODIP/STN.

Beneficiários

Governo Federal, na Gestão da Dívida Pública.

Indicadores de Desempenho

Não aplicável.

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica.

Resultados alcançados

Volume emitido: R\$ 2,9 bilhões, sendo US\$ 1,0 bilhão de títulos denominados em Dólar e US\$ 1,9 bilhão em Reais;

Medidas Saneadoras

Não se aplica.

2. Recomendações de Órgãos de Controle

Unidade Jurisdicionada responsável pela apresentação das contas: **CODIP/STN/MF**

Relatório de Auditoria CGU – Plano de Providências nº 190231/30 -08/2007

Item do Relatório de Auditoria: 9.1.2 do Acórdão 1.832/2006 do TCU

Recomendação: “defina procedimentos para restringir as decisões estratégicas somente aos envolvidos diretamente nos leilões de títulos da dívida interna e na oferta de bônus da República no mercado internacional”.

Providências adotadas:

- Os procedimentos preparatórios para as ofertas de títulos e o recebimento e a análise de propostas são realizados na área da mesa de Operações da CODIP, que foi isolada com o objetivo de restringir o acesso físico apenas aos diretamente envolvidos;
- Além disso, o Comitê que define a estratégia mensal de financiamento da dívida pública e o cronograma mensal de emissões passou a ser efetuado, desde março de 2007, apenas com a presença dos Gerentes, Coordenadores, Coordenadores-Gerais, Secretário da Secretaria-Adjunta III (SECAD III, área da dívida pública) e alguns (poucos) Analistas que atuam diretamente no processo, cuja presença é considerada necessária.

Item do Relatório de Auditoria: 9.1.3 do Acórdão 1.832/2006 do TCU

Recomendação: “implante um Plano de Contingência no âmbito do Tesouro Nacional, com prioridade e atenção especial às áreas com grande exposição a riscos, às áreas envolvidas com elevados volumes de recursos e quantidade de transações, bem assim àquelas que possam trazer riscos de imagem à Instituição, observando-se as peculiaridades e características intrínsecas do Tesouro Nacional”.

Providências adotadas: estão sendo implementados planos de contingência para os principais processos da CODIP por meio de metas institucionais. Encontram-se em fase de execução os Projetos de Contingência para os processos “Operações da Dívida Externa”, “Tesouro Direto” e “Compra de Moeda Estrangeira” e em atualização o processo “Leilões da Dívida Interna” julgados prioritários por envolverem elevados volumes de recursos e grande quantidade de transações.

Item do Relatório de Auditoria: 9.2.2 do Acórdão 1.832/2006 do TCU

Recomendação: “institucionalize o Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública e regulamente a elaboração das atas resultantes de suas reuniões, explicitando e justificando suas decisões e deliberações, contendo de forma clara, precisa e detalhada os motivos, o contexto e a conjuntura econômica que levaram o Comitê a tomar suas decisões.”

Providências adotadas: está em discussão uma nota técnica que trata do aprimoramento do processo de governança no âmbito das Coordenações do SECAD III, a qual deverá propor a formalização do Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública Federal, que já funciona em caráter informal desde 2002. O comitê tem periodicidade mensal, possui a participação de todo o corpo de gerentes da SECAD III e, nesse processo de aperfeiçoamento, atas resultantes de reuniões estão sendo elaboradas desde outubro de 2007, de acordo com o que foi recomendado. O Prazo limite de implementação é 31/12/2008.

Item do Relatório de Auditoria: 9.2.10 do Acórdão 1.832/2006 do TCU

Recomendação: “implemente o “Projeto de Segurança da Informação nos Leilões de Títulos Públicos”, com seus instrumentos para a melhoria da segurança da informação delineados em meta institucional da STN, concluída em outubro de 2005.”

Providências adotadas: o projeto de segurança da informação nos leilões de títulos públicos foi implementado, inclusive com os instrumentos delineados em meta institucional da STN.

Item do Relatório de Auditoria: 9.2.13 do Acórdão 1.832/2006 do TCU

Recomendação: “implante procedimento para a devida formalização, no formato de processo, de toda operação associada à emissão de títulos da dívida interna e externa, incorporando todos os documentos relevantes gerados ao longo de suas várias etapas, com a identificação de quem os elaborou e a indicação de anuência das chefias, com as respectivas assinaturas e/ou rubricas.”

Providências adotadas: o procedimento foi adotado completamente, ou seja, toda operação associada à emissão de títulos da dívida interna e externa está sendo formalizada no formato de processo, inclusive com a junção de todos os documentos necessários de acordo com a recomendação.

Ofício nº 37.051 2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU/PR

Visando conhecer mais profundamente o processo de gestão de obrigações da dívida pública, foi requerido a CODIP que recebesse servidor da CGU para desenvolver levantamentos diversos, no período de 09/11/2007 a 23/11/2007, bem como para requerer documentos, informações e justificativas que se fizessem necessárias.

Nesse sentido, foram mantidas reuniões nas quais foi explicitado todo o processo de leilão de títulos públicos. Além disso, o servidor da CGU teve acesso a processos de leilões firmados pela CODIP em meses anteriores e todos os documentos, as

informações e as justificativas solicitadas foram encaminhados à CGU. Em 13/12/2007, o servidor da CGU a acompanhou “in loco” o processo de leilão de títulos, tendo a oportunidade de esclarecer todas as informações.

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA DÍVIDA PÚBLICA – COGEP

1. Gestão de Programas e Ações

Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento – GEPED

1.1 Programa Governamental ou Ação Administrativa

Descrição

Elaboração de relatório sobre diretriz para a dívida contratual em um contexto de benchmark para a dívida pública.

Objetivos

O governo brasileiro tem praticado, há alguns anos, uma política ativa de redução da vulnerabilidade externa. Cabe observar que essa política influenciou significativamente a queda na percepção do risco-país e a melhoria na classificação dada por agências de *rating*, com impacto positivo sobre os custos de captação do governo. Nesse sentido, o relatório busca estabelecer parâmetros para a evolução da dívida contratual externa de modo a conciliá-la com a obtenção de uma composição eficiente para a dívida pública no médio prazo, em linha com os objetivos da política de redução da exposição cambial.

Beneficiários

A Secretaria do Tesouro Nacional e suas coordenações diretamente envolvidas com o processo de contratação de dívida externa por poder avaliar, a partir de uma diretriz que leva em conta um benchmark para toda a dívida pública.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica

Resultados alcançados

Consolidação de uma estratégia unificada para a Dívida Pública Contratual externa de responsabilidade da União. Nesse aspecto o relatório buscou definir parâmetros para uma estratégia da DPCE de maneira consistente com os objetivos de redução da exposição cambial e com uma trajetória gradual de aproximação a uma estrutura eficiente para a DPF como um todo, oferecendo orientação técnica no que se refere ao montante para contratação externa.

Medidas saneadoras

Não se aplica

1.2 Programa Governamental ou Ação Administrativa**Descrição**

Elaboração de Nota sobre Fundos Soberanos

Objetivos

A nota busca fazer um levantamento dos aspectos teóricos e a experiência internacional relativos à criação de fundos de administração de reservas internacionais. Além disso, traz algumas considerações para o caso da criação de um fundo de reservas brasileiro.

Beneficiários

A Secretaria do Tesouro Nacional e, de uma maneira mais abrangente, a área econômica do governo federal, por poder contar com um estudo sobre os fundos soberanos para entendimento e embasamento, caso se implante fundo dessa natureza para o caso brasileiro.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica

Resultados alcançados

Nota e apresentação sobre experiência internacional sobre o tema e estudos sobre criação de um fundo de reservas para o caso brasileiro.

Medidas saneadoras

Não se aplica

1.3 Programa Governamental ou Ação Administrativa**Descrição**

Elaboração de Livro sobre Dívida Pública em parceria com o Banco Mundial

Objetivos

O livro busca prover conhecimento sobre a dívida pública do Brasil, explicando seus conceitos, estatísticas, evolução do gerenciamento de dívida e seus mercados, bem como desafios que ainda devem ser enfrentados. Ele auxiliará o Brasil a: (i) disseminar internacionalmente e domesticamente suas práticas atuais e capacidade

no campo de gerenciamento da dívida pública e mercado; (ii) melhorar a transparência e conhecimento da dívida do país; (iii) ampliar o canal de comunicação com os gerenciadores de dívida; e (iv) fortalecer a credibilidade do gerenciamento de dívida no Brasil e na capacidade do seu corpo técnico

Beneficiários

A Secretaria do Tesouro Nacional, com a maior transparência de suas ações e ampliação da base de investidores que possa advir dessa divulgação; os investidores, analistas; estudantes, que buscam uma publicação técnica sobre a dívida pública brasileira; e outros países que poderão ter acesso à experiência brasileira no que diz respeito ao gerenciamento da dívida pública e a evolução do mercado de títulos públicos.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica

Resultados alcançados

Elaboração dos capítulos do livro que agora se encontram em fase de revisão.

Medidas saneadoras

Não se aplica

Gerência de Relacionamento Institucional - GERIN

1.4 Programa Governamental ou Ação Administrativa

Descrição

Elaborar e divulgar, até 31/01/2008, **Relatório Anual da Dívida Pública Federal** referente ao exercício de 2007.

Objetivos

Dar dinamicidade e previsibilidade ao processo de divulgação e transparência das informações sobre a dívida pública, em particular, analisando a gestão da dívida pública ao longo do ano, contemplando análise do cenário macroeconômico, as medidas adotadas, os resultados alcançados em termos das metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) e os avanços institucionais obtidos.

Beneficiários

A Secretaria do Tesouro Nacional, por poder avaliar, dentro do contexto macroeconômico e do mercado financeiro, os avanços na administração da dívida pública e a sua capacidade de alcançar os objetivos estabelecidos pelo PAF.

Os investidores em títulos públicos federais, pela transparência na administração da dívida pública, que permite maior compreensão das medidas em relação à suas diretrizes, bem como dos resultados alcançados.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Resultados alcançados

Em dois meses de trabalho, a COGEP elaborou o Relatório Anual da Dívida 2007, consolidando informações das diferentes gerências e coordenações e gerando os dados necessários. Os resultados alcançados foram altamente satisfatórios por ter-se conseguido, em um prazo exíguo, atender aos objetivos da meta, gerando um documento capaz de fazer ampla avaliação da gestão da dívida.

Medidas saneadoras

Não se aplica

1.5 Programa Governamental ou Ação Administrativa

Descrição

Implantar uma série de medidas que visam a aumentar a transparência na divulgação de dados da dívida pública e melhorar a comunicação entre o Tesouro Nacional e a comunidade financeira.

Objetivos

Aumentar a transparência na divulgação de dados da dívida pública, divulgar o Programa Tesouro Direto e melhorar a comunicação entre o Tesouro Nacional e a comunidade financeira.

Estar em consonância com os requisitos da *IIF – Institute of International Finance* – que analisa anualmente a área de relacionamento com investidores de um grupo significativo de países emergentes mais ativos no mercado financeiro internacional.

Beneficiários

- O Tesouro Nacional, ao ser reconhecido como um órgão de excelência na divulgação de dados pela comunidade financeira.
- Os investidores em títulos da Dívida Pública Federal, por terem a segurança de que recebem informações fidedignas, de forma tempestiva e transparente, sobre os eventos relacionados à administração da DPF, que os auxiliam nas tomadas de decisão.

- O público em geral, por ter acesso a um canal de comunicação que os permite obter informações sobre as medidas implantadas pelo Tesouro Nacional no que tange a dívida pública.
- Os investidores do Tesouro Direto, principalmente o pequeno investidor, por se beneficiarem com a democratização do acesso para investimentos em títulos federais e o incentivo à formação de poupança de longo.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica.

Resultados alcançados

Destacam-se: i) a publicação do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, sob responsabilidade do Tesouro Nacional (em português e inglês); ii) o manual de precificação dos títulos da dívida mobiliária, em inglês; iii) o guia do investidor não residente, também em inglês; e iv) curso sobre a gestão da dívida pública, no Estado do Rio Grande do Sul, para 25 funcionários do governo do estado, principalmente lotados na Secretaria da Fazenda e na Secretaria de Planejamento.

A partir de janeiro de 2007, o Tesouro Nacional iniciou a divulgação do “Relatório Mensal da Dívida Pública Federal”, documento que consolida todas as informações e estatísticas sobre a Dívida Pública Federal – DPF, englobando as dívidas interna e externa de responsabilidade direta do Tesouro Nacional em mercado. (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/relatorios_divida_publica.asp).

Dentre as atividades junto a investidores, destacam-se 10 eventos do BEST (*Brazil: Excellence in Securities Transactions* - <http://www.bestbrazil.org>), que atingiram o total de 739 investidores, os *roadshows* (com participação de 100 instituições financeiras), *conference calls* (média de 100 participantes por edição), o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Especialistas em Gerenciamento da Dívida Pública da América Latina e Caribe (*LAC Debt Group*) e as divulgações sobre o Tesouro Direto.

Em 2007, intensificou-se a divulgação do Programa Tesouro Direto, com a participação em feiras de investimento, que reuniram mais de 48 mil pessoas nas cidades de Curitiba, Macaé, Fortaleza, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Ademais, o Tesouro Nacional também realizou palestras, em universidades e instituições, com a participação de aproximadamente 450 pessoas. Além dessas ações, a equipe da Gerin responde diariamente a perguntas dos investidores do Tesouro Direto por meio da caixa de e-mail institucional do programa.

Medidas saneadoras

Não se aplica

Gerência de Risco da Dívida Pública - GERIS

1.6 Programa Governamental ou Ação Administrativa

Descrição

Plano Anual de Financiamento – PAF 2007

- Elaborar e divulgar, até 31/01/2007, o Plano Anual de financiamento referente ao exercício de 2007.

Objetivos

O objetivo do Plano Anual de Financiamento – PAF 2007 foi divulgar de forma estruturada e pública as metas, premissas e prioridades do Tesouro Nacional para a administração da Dívida Pública Federal - DPF. O PAF se consolidou nos últimos anos como um instrumento não apenas de planejamento, mas de ampliação da transparência e da previsibilidade no gerenciamento da Dívida Pública Federal - DPF. O documento explicitou aos investidores e à sociedade a linha de atuação do governo federal, no que diz respeito ao financiamento da dívida pública, no ano de 2007.

Em linha com os objetivos estratégicos do Tesouro Nacional, o PAF 2007 contribuiu para:

- Aperfeiçoar a Gestão da Dívida Pública Federal de responsabilidade do Tesouro Nacional, desenvolvendo política de gerenciamento de risco, fomentando o mercado secundário de títulos públicos federais e aumentando a base de investidores.
- Tornar públicas informações econômico-fiscais em cumprimento a dispositivos legais, obrigações e/ou acordos internacionais.
- Modernizar a Gestão do Tesouro Nacional.

Beneficiários

- A Secretaria do Tesouro Nacional, por poder avaliar, dentro do contexto macroeconômico e do mercado financeiro, os avanços na administração da dívida pública e a sua capacidade de alcançar os objetivos estabelecidos pelo PAF.
- Os investidores em títulos públicos federais, pela transparência na administração da dívida pública, que permite maior compreensão em relação às suas diretrizes.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica

Resultados alcançados

O Plano de Financiamento para 2007 enfatizou a estratégia de financiamento, bem como os resultados esperados para o perfil da Dívida Pública Federal (DPF) ao final de 2007. Adicionalmente, apresentou-se uma avaliação sistêmica dos riscos aos quais a DPF está submetida, bem como os esforços direcionados para a redução de tais riscos. Por fim, apresentou-se diretrizes específicas para o planejamento das emissões no âmbito da Dívida Pública Mobiliária Federal externa (DPFe).

A divulgação do Plano Anual de Financiamento 2007 foi feita por meio de:

- documento impresso, compreendendo a tiragem de 600 exemplares na versão em português e 400 exemplares na versão em inglês;
- disponibilidade do texto no sítio do Tesouro Nacional na Internet (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>); e
- apresentação pública feita pelo Secretário do Tesouro Nacional.

Medidas saneadoras

Não se aplica

1.7 Programa Governamental ou Ação Administrativa

Descrição

Planejamento de Longo Prazo e Benchmark da Dívida Pública Federal (DPF).

- Realizar planejamento estratégico para a Dívida Pública Federal, procurando identificar oportunidades e riscos para a melhoria da composição e redução do custo da dívida. Tal planejamento contempla discussões relativas à estrutura ótima de longo prazo (benchmark) para a dívida, bem como a elaboração de estratégias de financiamento para o médio e longo prazo.

Objetivos

Dentre os instrumentos de planejamento estratégico e gerenciamento de riscos, uma das medidas que ganhou destaque foi a adoção de um benchmark - uma estrutura de dívida ótima de longo-prazo que orienta a elaboração de estratégias de financiamento da DPF. A composição da dívida pública é importante não só pelas razões de minimização do custo esperado do serviço da dívida, mas também por razões de credibilidade e sinalização, minimização da volatilidade orçamentária e aumento da liquidez ou da informação disponível no mercado

Em linha com os objetivos estratégicos do Tesouro Nacional, o Planejamento de Longo Prazo e o Benchmark da DPF contribuíram para:

- Desenvolvimento de Modelos de Previsão e Análise da Dívida que Subsidiem a Tomada de Decisão

Beneficiários

- A Secretaria do Tesouro Nacional, por poder avaliar, através de indicadores e estatísticas de dívida, diferentes estratégias de financiamento e composições para a DPF, subsidiando o planejamento estratégico e a tomada de decisões.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica

Resultados alcançados

Elaboração de indicadores e estatísticas de dívida que mostram as relações entre diversas estratégias alternativas de financiamento:

- Conjunto de composições eficientes, do ponto de vista da relação Custo x Risco, para a Dívida Pública (esse conjunto é conhecido como *fronteira eficiente*).
- Elaboração de estratégias de médio e longo prazo, à luz das análises de perfil ótimo para a dívida pública no longo prazo.

Medidas saneadoras

Não se aplica

1.8 Programa Governamental ou Ação Administrativa

Descrição

ALM

- Relatório de Gerenciamento de Ativos e Passivos do Governo Central (Relatório de ALM - Assets and Liability Management), explicitando os principais itens e seus descasamentos de estoques e fluxos por indexadores e prazos.

Objetivos

A elaboração do relatório de ALM está inserida dentro do objetivo estratégico do Tesouro de Desenvolvimento de Modelos de Previsão e Análise da Dívida que subsidiem a tomada de decisão.

O relatório tem como objetivo permitir o monitoramento dos descasamentos entre ativos e passivos da União, bem como a definição de estratégias de composição da dívida de modo a minimizar riscos derivados de fatores de mercado no resultado líquido do balanço do governo central.

Beneficiários

A Secretaria do Tesouro Nacional, por poder avaliar diferentes estratégias de financiamento e composições para a DPF, por meio de indicadores e estatísticas de dívida integradas às características dos ativos do Governo Central, subsidiando o planejamento estratégico e a tomada de decisões.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Não se aplica

Resultados alcançados

- Elaboração de relatório de circulação restrita, explicitando:
- Perfil de Ativos e Passivos do Governo Central;
- Balanço do Governo Central por Indexador e sua projeção para dezembro de 2008.
- Descasamento do Governo Central por Grupos de Indexadores
- Descasamentos do Governo Central Por Entes (Tesouro Nacional e Banco Central)
- Fluxos do Governo Central
- Prazo Médio e Percentual Vincendo em 12 meses dos Ativos e Passivos do Governo Central
- Evolução da Exposição Cambial do Governo Central
- Evolução do Rendimento de Ativos e Custo de Passivos do Governo Central
- Dívida Líquida do Setor Público por Indexador e sua projeção para 12 meses.

Medidas saneadoras

Não se aplica

Gerência de Análise Econômica e Cenários - GEPEC**1.9 Programa Governamental ou Ação Administrativa****Descrição**

Aperfeiçoar rotinas para atualização permanente das informações e estatísticas macroeconômicas comumente divulgadas durante o processo de emissão de títulos no exterior

Objetivos

Manter atualizado texto com informações macroeconômicas a serem fornecidas durante as teleconferências (*due diligence call*) realizadas no processo de emissão de títulos no exterior

Mapear fontes de informação para a elaboração do Formulário 18-K, documento que deve ser registrado a cada ano junto à *Securitites and Exchange Commission* nos EUA com informações sobre o País

Beneficiários

As teleconferências e o registro do Formulário são partes legalmente necessárias do processo de emissão externa do País

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Com relação às teleconferências, devido à forma do processo de decisão, a eminência de realização de emissões externas é comunicada à COGEP em um prazo que não permite que o trabalho seja iniciado a partir do anúncio. A meta é, a cada anúncio de emissão, ter já atualizado texto para ser lido na teleconferência com todas as informações julgadas relevantes para utilização imediata.

Com relação ao formulário 18-K, a meta era permitir que um analista que não tivesse participado do processo de elaboração do documento previamente pudesse reproduzir a obtenção de informações com base no mapeamento das fontes de informação.

Resultados alcançados

Em todos os anúncios de realização de emissão externa, a COGEP tinha pronto documento para servir de guia na teleconferência, com todas as informações relevantes a serem fornecidas.

Em teste realizado com analista recém-ingresso na COGEP, foi possível reproduzir as informações do formulário 18-K.

Isto posto, as metas foram integralmente alcançadas.

Medidas saneadoras

Não se aplica

1.10 Programa Governamental ou Ação Administrativa**Descrição**

Elaborar cenários macroeconômicos quantitativos e qualitativos para uso no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional

Objetivos

Subsidiar a estratégia de administração da dívida pública com projeções atualizadas e opiniões sobre tendências para os indicadores macroeconômicos relevantes, entre eles os índices de preços, as taxas de câmbio e a taxa básica de juros

Subsidiar a SECAD III com projeções atualizadas acerca do excesso de liquidez de moeda estrangeira no mercado de câmbio brasileiro visando à administração de riscos da dívida pública mobiliária federal

Subsidiar o Secretário e a Área Fiscal com projeções atualizadas para o PIB real e nominal, de modo a balizar a realização do resultado primário.

Indicadores de desempenho

Não se aplica

Metas físicas e financeiras previstas

Com relação ao cenário básico, a meta é manter atualizada planilha com indicadores já divulgados e reavaliar as projeções das variáveis, em periodicidade mínima mensal. Periodicamente, disponibilizar arquivo na intranet do Tesouro Nacional.

Com relação aos cenários alternativos, elaborar intervalos de confiança (banda inferior e superior) para variáveis macroeconômicas, num contexto mais conservador e/ou otimista, para subsidiar a estratégia de administração da dívida interna e externa.

Com relação à preparação do Comitê Financeiro, disponibilizar no âmbito da SECAD III, análises prospectivas do cenário macroeconômico, de forma a balizar expectativas com relação a movimentos futuros do COPOM e subsidiar a estratégia de administração da dívida pública.

Resultados alcançados

Isto posto, as metas foram integralmente alcançadas.

Medidas saneadoras

Não se aplica

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA - CODIV

1. Gestão de programas e ações

Programa 0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

1.1 Ação 1579 – Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública

Objetivos

Aprimorar e fortalecer o processo de gestão da Dívida Pública Federal, através do Projeto denominado Sistema Integrado da Dívida Pública (SID), que visa o desenvolvimento de um sistema de informação para o gerenciamento da dívida pública, que permita integrar sob a mesma plataforma o gerenciamento de ativos e passivos público, provendo maior eficiência e segurança operacional ao Tesouro Nacional e incorporando novas necessidades e processos no desenvolvimento de uma gestão moderna de dívida pública.

Uma vez que o SID deverá ser um sistema integrado que abranja em seu escopo as principais atividades da dívida pública; utilize interface Web e banco de dados relacional; possua funcionalidades capazes de simplificar a extração de dados, a geração de informações e a emissão de relatórios, espera-se como resultado final que o Sistema seja capaz de:

- a) integrar as ações das três coordenações que compõem a Secretaria-Adjunta da Dívida Pública;
- b) eliminar redundâncias de cálculos;
- c) integrar o maior número possível de dados e funcionalidades;
- d) integrar os principais sistemas existentes ao reescrevê-los em nova plataforma e tecnologia;
- e) ampliar a capacidade de extração de informações gerenciais e
- f) diminuir os riscos operacionais.

O desenvolvimento do SID se dá em módulos, dividido em 02 fases, sendo que a Fase I se constitui no chamado Núcleo Operacional do Sistema enquanto que a Fase II compreende os Processos Específicos, prevendo a construção de suporte tecnológico para todos os processos relacionados ao gerenciamento da dívida pública, tais como riscos, planejamento e definição de estratégias, leilões, gestão Tesouro Direto, programação orçamentária e financeira, dentre outros.

1.2 Ação 2077 – Gestão da Dívida Pública

Objetivos

Aprimorar e fortalecer o processo de gestão da Dívida Pública Federal, oferecendo suporte para as ações relacionadas a sua administração, quanto ao lançamento de títulos nos mercados interno e externo, objetivando obter conformidade legal estabelecida nas praças financeiras onde são comercializados.

2. Gestão das Ações

2.1 Ação 1579 – Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública

Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver sistema informatizado de forma a viabilizar o aprimoramento dos instrumentos de planejamento, administração e controle da dívida pública federal, contribuindo para reforçar a estrutura e a governança do Tesouro Nacional no gerenciamento da Dívida Pública Federal - DPF.
Descrição	A ação tem como principal escopo o desenvolvimento de um sistema integrado para a dívida pública - SID. As principais finalidades do desenvolvimento do sistema são o aprimoramento dos mecanismos de gerenciamento da Dívida Pública, o aperfeiçoamento da estrutura de análise de risco operacional e de segurança das informações, além da constituição de marcos de referência para os controles contábil, orçamentário e de pagamentos, com a integração dos sistemas já existentes. Esse sistema é financiado, em parte, por operação de crédito externa realizada junto ao Banco Mundial - BIRD - e seu desenvolvimento constitui contrapartida do referido empréstimo
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação - COSIS Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV (170601) Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Coordenador nacional da ação	Paulo Fontoura Valle – Coordenador do PROGER Otávio Ladeira de Medeiros – Coordenador do PROGER – Substituto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CODIV/COSIS

Resultados

O Sistema Integrado da Dívida - SID foi concebido para ser desenvolvido em 10 módulos , divididos em 02 fases, sendo que a Fase I – financiada com recursos do PROGER - se constitui no chamado Núcleo Operacional do Sistema que, ao final de 2,5 anos, deverá unificar toda a base de dados da dívida pública federal, eliminando redundâncias e reduzindo os riscos operacionais, posto que diversas ações estarão automatizadas, representando um ganho de qualidade na análise estatística da

dívida e na tomada de decisões, ao permitir uma imediata visão integrada de toda a dívida.

Por sua vez, a Fase II - que não será financiada com recursos do PROGER e terá duração estimada em 2,5 anos - compreenderá os Processos Específicos, prevendo a construção de suporte tecnológico aos processos relacionados com análise de riscos, planejamento e definição de estratégias, leilões, gestão Tesouro Direto, programação orçamentária e financeira, dentre outros, permitindo a desativação total dos diversos sistemas hoje existentes (DPI, Dívida, GERIR, Elabora, além de diversas planilhas e banco de dados).

O ano de 2007 foi marcado pela continuidade no desenvolvimento dos submódulos mais importantes do sistema SID, Dívida Mobiliária e Dívida Contratual, iniciados no mês de novembro de 2006. Além dos submódulos de administração de contratos e títulos, também foram objeto de especificação, construção e homologação os submódulos de Calendário, Cenários e Indexadores.

Os submódulos de Dívida Contratual e Dívida Mobiliária foram subdivididos em pacotes de implantação menores, de forma a minimizar riscos de projeto e reduzir o esforço de implantação, inicialmente concentrado em um único momento. Cabe ressaltar que estas implantações tem como premissa agregar ao negócio o sistema como ferramenta da rotina operacional das áreas.

Nesse sentido, compõem o primeiro pacote de implantação, previsto para o primeiro semestre de 2008, os submódulos: Calendário, Indexadores, Cenários e a primeira parte da Dívida Mobiliária (Cadastro de Títulos).

Esta implantação permitirá a disponibilização de cenários aos usuários das diversas coordenações-gerais da STN, a administração centralizada do cadastro de indexadores, o cadastro e o cálculo dos valores unitários dos títulos.

Sob o ponto de vista de gestão, o foco está concentrado na otimização de processos do Consórcio contratado, com a eleição de pontos de controle, na fase de especificação e na auditoria do processo de construção, medidas preventivas à não recusa dos produtos entregues à STN.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
35%	7.981.509	5,66%	876.676

339004 CONTRAT. POR TEMPO DETERMINADO	
Jan	18.737,96
Fev	24.599,94
Mar	33.144,94
Abr	30.395,27
Mai	28.061,94
Jun	35.545,16
Jul	28.156,94

Ago	28.156,94
Set	28.156,94
Out	28.156,94
Nov	40.652,78
Dez	28.156,94
	351.922,69
338035 SERVICOS DE CONSULTORIA	469.354,00
338014 DIARIAS	30.000,00
338033 PASSAGENS E DESP.COM LOCOMOÇÃO	25.000,00
TOTAL	876.276,69

Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho da execução física deste projeto baseiam-se não nas atividades realizadas mas nos produtos efetivamente entregues e aprovados conforme as regras do contrato, como demonstra a tabela a seguir:

PROJETO SID*

Serviço	Executado em 2006 (%)	Executado em 2007 (%)	Total / Fase I (%)
Serviço I (Especificação, Construção e Implantação)	18,54%	5,17%	23,71%
Serviço II (Capacitação)			
<i>Básica</i>	12,36%	6,18%	18,54%
<i>Avançada</i>	14,64%	5,63%	20,27%
Serviço III (Administração Técnica)	18,54%	5,17%	23,71%
Serviço IV (Gestão)	18,54%	5,17%	23,71%
Média de Execução	16,53%	5,47%	21,99%

* Como somente foram contratados os serviços para a Fase I, que representa 49,51% do projeto total, se conclui que 44,42% da Fase I foi realizada.

Vale ressaltar que em média já foram executados 21,99% do Projeto SID e, efetivamente, houve a conclusão de 23,71% do Sistema (Serviço I). Nota-se que por regra contratual, e para a boa gestão tecnológica, os produtos relativos aos serviços II, III e IV só poderão ser aprovados após o aceite dos produtos relativos ao Serviço I.

Medidas Saneadoras - Prorrogação do Projeto até 31/12/2008

Conforme mencionado, o SID foi concebido em módulos e submódulos, cuja construção segue uma determinada lógica, na qual alguns submódulos são pré-requisito para os submódulos seguintes. Os produtos são especificados, construídos, homologados e colocados em produção paulatinamente, permitindo que as áreas de negócios utilizem os resultados ao longo de toda a vida do projeto, não havendo necessidade de esperar o final do contrato para agregar valor à administração da dívida pública.

Em 30 de setembro de 2005 foi assinado o contrato com o Consórcio BearingPoint/DBA Engenharia de Sistemas para a 1ª fase de construção do Sistema Integrado da Dívida Pública, no valor de R\$ 13.112.129,78 (treze milhões cento e doze mil, cento e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), equivalentes, à época, a US\$5.9 milhões, com prazo de conclusão estimado em 2,5 anos. Os trabalhos foram iniciados imediatamente, sendo que os 07 primeiros submódulos integrantes do Grupo de Implantação nº 1 foram concluídos e se encontram em produção desde novembro de 2006. Os trabalhos hoje vem sendo desenvolvidos em três frentes distintas, sendo que dos 7 submódulos que compõem o Grupo de Implantação nº 2, um já foi concluído (B1-Calendário), outro encontra-se na fase de construção (C1-Indexadores), enquanto que os submódulos E1-Dívida Mobiliária, E2-Dívida Contratual e D1-Cenários estão em fase de especificação. Os dois submódulos restantes deste Grupo (E3-Análise da Dívida e J1-Dívida Contratual dos Ministérios) terão suas fases de especificação iniciadas em junho e julho, respectivamente.

Em razão de uma revisão bastante realista do cronograma, constatou-se que em 31/12/2007, apenas parte do trabalho estaria concluída, pelo que se solicitou nova extensão do prazo, até 31/12/2008, de forma a viabilizar a conclusão da primeira fase do projeto.

Recursos Aplicados no SID

Até 31/12/2007 foram aplicados no Sistema Integrado da Dívida Pública – SID o montante de US\$ 1.971.996,16 (fonte 148), destinados ao pagamento de produtos concluídos e aprovados no projeto de desenvolvimento do SID. Os gastos com recursos nacionais totalizam US\$ 90.602,80, representando basicamente a taxa de administração cobrada pelo PNUD e os impostos locais, que não são cobertos pelo empréstimo.

Com a prorrogação do contrato até 31/12/2008, ocorrerá aplicação adicional de mais **US\$3.072 mil**, permitindo a conclusão e a entrada em produção de todos os submódulos integrantes dos Grupos de Implantação nº 2 e 3, incluindo, neste valor, os gastos que capacitaram a equipe da STN para a plena utilização e gerenciamento do sistema.

O elevado valor previsto para aplicação no ano de 2008 pode gerar questionamentos quanto à capacidade de gastos do Projeto, em especial quando comparamos com o desempenho dos anos anteriores. Contudo, algumas aspectos devem ser levados em conta:

- i) todas as contratações já foram realizadas e os trabalhos fluem normalmente, sendo desenvolvidos em três frentes de trabalho (conforme descrito no item “C”) e a STN possui uma equipe integralmente dedicada ao projeto;
- ii) os valores a serem pagos estão definidos em contrato;
- iii) o cronograma constante do Anexo II foi revisto e ajustado em bases técnicas e realistas, incluindo uma margem de segurança de dois meses, entre a data de entrega do último produto e o novo prazo de 12 meses pleiteado para o empréstimo;
- iv) os riscos vem sendo monitorados e minimizados, a cada momento, através de reuniões de “status” entre a coordenação do Projeto e o Consórcio e reuniões com o Comitê Gerencial.

SALDO PNUD EM 31.12.2007 - Geric. da Dívida	
Fonte	US\$
0.148	3.018.656,54
1.100	493.789,32
Total da Disponibilidade	3.512.445,86

* Em 2007 foi repassado somente o valor de R\$ 524.354,00 para fazer frente a despesas com consultoria , diárias e passagens.

Considerações Finais

Conforme discorrido acima, é possível concluir que:

- i) em nenhum momento a falta de prioridade na execução do empréstimo ou a falta de recursos orçamentários e financeiros foi fator impeditivo à continuidade do projeto ou responsável pela não utilização dos recursos dentro dos prazos inicialmente previstos;
- ii) as peculiaridades do projeto, que previa ações que exigiam, como condição à sua implementação, o desenvolvimento de atividades preparatórias, devem ser consideradas quando se avalia as causas do atraso em sua conclusão;
- iii) adicionalmente, também contribuiu para o atraso do cronograma o processo de preparação do SID, de seleção de empresas e de aprovação pelo Banco Mundial que, em razão da complexidade, do valor e do tamanho do projeto, demandou tempo superior ao estimado;
- iv) a prorrogação até 31/12/2008 não decorreu de qualquer alteração no escopo do projeto ou ampliação de metas, mas tão somente objetiva permitir a conclusão de etapas fundamentais e relevantes para coroar o êxito do empréstimo;
- v) todas as dificuldades encontradas ao longo do projeto foram superadas e os potenciais riscos minimizados, não sendo identificados problemas que possam comprometer seu término dentro no novo prazo proposto;

vi) a prorrogação permitirá a conclusão do projeto SID, agregando inquestionável valor ao gerenciamento da dívida pública e permitindo o desembolso total dos recursos do empréstimo.

Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Acordo de Empréstimo nº 4604 BR, financiado pelo BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Finalidade: prover assistência técnica para implantação ou modernização de mecanismos de atuação do Governo Federal nas áreas fiscal e financeira.	US\$ 10.321.770,00	US\$ 8.880.000,00	US\$ 4.022.260,79	US\$ 1.441.770,00	Comissão	US\$ 14.279,22	US\$ 94.461,31		Prorrogado para 31/12/2008 através de recomendação do Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos – GTEC/COFIEIX Nº 410, de 12/09/2007
					Juros	US\$ 166.847,64	US\$ 379.280,32		
					Principal	US\$ 890.000,00	US\$ 890,000,00		

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

2.2 Ação 2077 – Gestão da Dívida Pública

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer suporte para as ações relacionadas a administração da dívida pública federal quanto ao lançamento de títulos nos mercados interno e externo, objetivando obter conformidade legal estabelecida nas praças financeiras onde são comercializados
Descrição	Destina-se a fazer face aos custos relacionados a administração da dívida pública, sendo utilizada para o pagamento de despesas gerais, considerando os títulos já existentes, bem como novas emissões. Além de emissões, contemplam-se também as operações estruturadas, que envolvem troca e/ou recompra de títulos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV (170600)
Coordenador nacional da ação	Antônio de Pádua Ferreira Passos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CODIV

Resultados

No exercício de 2007 foram geridos 75 contratos. Os contratos são geridos concomitantemente e decorrem de atividades relacionadas à administração da Dívida Pública Federal, incluindo a contratação de agentes fiscais e de pagamento, no Brasil e no exterior, empresas de rating, escritório de advocacia no exterior, centrais de custódia, agências de informações, registro em bolsas de valores e órgãos de controle de valores mobiliários, dentre outros. O orçamento aprovado para 2007 foi de R\$ 8.089.753, e o valor autorizado até dezembro de 2007 foi de R\$ 4.168.075. Como se trata de despesas correntes, o mérito não está em se executar o orçamento integralmente, mas sim em assegurar que todos os compromissos assumidos no contexto da gestão da dívida pública federal sejam cumpridos, buscando o menor custo possível. Devido ao trabalho eficiente executado no período, a estratégia do Plano Anual de Financiamento – PAF foi integralmente cumprida. A meta física dessa ação é constante, logo ela é não cumulativa.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira(empenhada)	Física	Financeira
75	4.168.075,	75	3.162.754,

3. Desempenho operacional

3.1 Descrição

Atendimentos a consultas sobre títulos e apólices antigas

Objetivos

Responder e solucionar questionamentos sobre apólices e títulos antigos; atender a consultas pessoais, telefônicas e petições por escrito, de forma a evitar ônus ao Tesouro Nacional e a terceiros de boa fé.

Os beneficiários dessa atividade são a Gestão da Dívida Pública e a sociedade em geral. Como essa atividade ocorre somente sob demanda externa, não há uma definição prévia de meta física. O objetivo é o atendimento de todas as consultas recebidas. Nesse caso, também não há meta financeira. São atendidos requerimentos/ouvidoria (fale conosco): responsabilidade pelas consultas, via internet, correio eletrônico e telefônicas, a respeito da possibilidade de resgate, troca, conversão, utilização no pagamento de dívidas tributárias ou operações diversas envolvendo apólices antigas (emitidas sob a forma cartular, ou seja, impressas) que em sua maioria não são reconhecidas pelo Governo e já prescreveram. Todas as consultas recebidas no período foram respondidas, conforme registro a seguir:

CLASSIFICAÇÃO DAS MENSAGENS	QUANTIDADE
OUVIDORIA DO MF	376
Fale Conosco do Tesouro	159
TOTAL	535
RESPOSTAS POR OFÍCIO/MEMO - TÍTULOS ANTIGOS	
Dívida Externa	45
Dívida interna	10
Outros (inclui consulta no âmbito do MF)	35
TOTAL	90
TOTAL GERAL	625

3.2 Descrição

Elaboração da Proposta Orçamentária da Dívida Pública Federal

Objetivos

Assegurar dotações para cumprimento das obrigações relativas a Dívida Pública Federal de responsabilidade da STN para o exercício de 2008.

O beneficiário é a Gestão da Dívida Pública através do envio da proposta orçamentária consolidada da Dívida Pública Federal (interna e externa) de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional referente ao exercício de 2008, com respectivos anexos, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a integrar o Projeto de Lei do Orçamento Geral da União encaminhado para apreciação do Congresso Nacional.

3.3 Descrição

Monitoramento dos pagamentos da dívida externa relativos a compromissos decorrentes dos empréstimos garantidos pela União.

3.4 Objetivos

Evitar a aplicação de sanções financeiras e, por consequência, da elevação do custo Brasil, decorrentes da inadimplência junto aos credores.

O beneficiário dessa atividade é a gestão da dívida pública. A meta é a obtenção de desconto na taxa de juros e na taxa de comissão de compromissos para mutuários que não registraram atrasos superiores a 30 dias nos contratos com o Banco Mundial; possibilidade de isenção da taxa FIV – Fundo de Inspeção e Vigilância, por parte do BID, evitar a aplicações de sanções como suspensão de desembolsos dos contratos e vigor. No caso dos demais credores, evitar a aplicação de juros de mora e declaração de inadimplência por parte do Brasil, na qualidade de garantidor.

O pontual acompanhamento da liquidação de todos os compromissos decorrentes de empréstimos com a garantia da União, no exercício de 2007, evitou a ocorrência de atrasos superiores a 30 dias, não havendo necessidade do Tesouro Nacional, na qualidade de garantidor, honrar qualquer compromisso. No caso do Banco Mundial, no ano fiscal 01/07/2006 a 30/06/2007, a economia em contratos da União foi da ordem de US\$ 13,7 milhões.

3.5 Descrição

Elaboração de relatórios ao Senado Federal sobre as operações realizadas no contexto da Resolução nº 20/2004, daquela Casa.

Objetivos

Atendimento das determinações do Senado Federal.

Os beneficiários dessa ação são a Gestão da Dívida Pública, órgãos de controle e Senado Federal. No exercício de 2007 foram encaminhados ao Senado Federal 04 relatórios sobre emissões de títulos externos e um relatório sobre emissão de passivos

3.6 Descrição

Execução orçamentária e financeira da Dívida Pública Federal, sob responsabilidade do Tesouro Nacional.

Objetivos

Evitar atrasos nos pagamento de todos os compromissos da Dívida Pública Federal Interna e Externa, de forma a não prejudicar a gestão da dívida pública, seu principal beneficiário.

Sua finalidade é executar, pontualmente, todos os pagamentos decorrentes da Dívida Pública Federal, observando-se as dotações orçamentárias alocadas sob a supervisão do Ministério da Fazenda e sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional, nas seguintes unidades orçamentárias:

71000 – Encargos Financeiros da União

75000 – Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

74000 – Operações Oficiais de Crédito

25000 – Ministério da Fazenda

Como resultado tem-se o pagamento de todos os compromissos advindos da Dívida Pública Federal, sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional, através da programação, controle e operacionalização de todos os compromissos, usando-se como ferramentas o Subsistema Dívida e o Sistema DPI. Acompanhamento da execução financeira e orçamentária dos compromissos sob a responsabilidade dos demais ministérios. Não houve, no ano de 2007, atrasos na realização dos pagamentos devidos. Quadro com todas as ações consignadas no Orçamento Geral da União, sob a gestão da STN, encontra-se anexo, detalhando os valores alocados, por ação e natureza de despesa, os valores utilizados, as sobras orçamentárias e as justificativas para os saldos mais significativos.

Houve aumento das obrigações sob responsabilidade da CODIV, tendo em vista a conclusão da transferência, no dia 15 de agosto, dos contratos de dívida externa, que estavam sob responsabilidade de diversos Órgãos da Administração Direta da União, para o âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme previsto no Decreto Nº 5.594, de 19 de dezembro de 2006. No total, foram transferidos 64 contratos que, na data de 30 de abril de 2007, se encontravam totalmente desembolsados.

A Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária - GEROR foi a unidade responsável pela coordenação e execução do processo de transferência, contando com a colaboração direta da GEOFI (Gerência de Execução Financeira e Orçamentária), envolvendo ainda a participação da CCONT e da COFIN, além da SPOA/MF e dos demais Ministérios e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP). O trabalho compreendeu diversas etapas, passando pelo levantamento dos contratos existentes, conformidade dos dados contratuais e valores devidos, ajustes no Subsistema Dívida, nos procedimentos contábeis, suplementação orçamentária e conformidade documental, em atendimento à Portaria Nº354, de 12 de junho de 2007, do Secretário do Tesouro Nacional.

A transferência dos contratos tem por objetivo melhorar o controle das referidas obrigações, permitindo ainda o aprimoramento da administração da dívida pública federal, ao centralizar na STN os compromissos externos de responsabilidade da União.

3.7 Descrição

Relatório Mensal da Dívida Pública Federal.

Objetivos

Consolidar todas as informações e estatísticas sobre a Dívida Pública Federal – DPF, englobando as dívidas interna e externa de responsabilidade direta do Tesouro Nacional em mercado.

Divulgado a partir de janeiro de 2007, o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal apresenta estatísticas sobre emissões, resgates, evolução do estoque, prazo médio, perfil de vencimentos, custo médio e fatores de variação da dívida. Além disso, o documento apresenta informações sobre o Tesouro Direto e permite o acompanhamento do Plano Anual de Financiamento – PAF.

Os Relatórios são publicados mensalmente em português e inglês.

3.8 Descrição

Plano de Contingência.

Objetivos

A Coordenação, área responsável pelas atividades de “back-office” da dívida pública definiu e implementou um Plano de Contingência de forma a reduzir os riscos operacionais e assegurar a continuidade de suas atividades, com destaque para os processos de registro e controle, tratamento de informações estatísticas e, em especial, ao processo relativo aos pagamentos do serviço da dívida pública federal.

Foi desenvolvido no Access o sistema SISCON, capaz de oferecer alternativas tempestivas, de forma padronizada, para situações emergenciais, permitindo a continuidade das atividades e minimizando possíveis descontinuidades nos processos de trabalhos sob responsabilidade da CODIV.

4. Recomendações de órgãos de controle

4.1 CGU – Controladoria-Geral da União

ANEXO I AO RELATÓRIO Nº 190231 Auditoria de Gestão Exercício 2006

Recomendação

Foram recomendadas melhorias no gerenciamento e execução do projeto conforme subitens 2.1.1.1 e 2.1.2.1 do Anexo I do presente Relatório.

2. RECURSOS EXTERNOS

2.1 SUBÁREA - PNUD

2.1.1 ASSUNTO - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Ausência do Relatório Anual de Progresso.

i. Recomendação:

“Recomendamos que a Unidade providencie a Elaboração do Relatório Anual de Progresso e seja enviado aos organismos envolvidos, ABC/MRE e o PNUD, conforme determina a Revisão Substantiva "G", Documento do Projeto - PRODOC.”

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

A Unidade de Coordenação de Projeto elaborou o Relatório de Progresso referente ao exercício de 2006 e até agosto de 2007, enviado ao PNUD e à ABC/MRE. A reunião tripartite foi realizada no PNUD em 02 de outubro de 2007, e em 24 de setembro de 2007 houve visita de acompanhamento da ABC/MRE, colocando o Projeto novamente em dia com o Cronograma de Monitoramento e Avaliação acordado na Revisão G.

2.1.2 ASSUNTO - RECURSOS DE PROJETOS COM FONTE EXTERNA

2.1.2.1 CONSTATAÇÃO:

Repasse de recursos ao PNUD, mesmo havendo elevado saldo disponível no Organismo.

i. Recomendação:

“Recomendamos aos gestores do Projeto que elaborem cronograma físico e financeiro, compatibilizando-os com o orçamento da União, ao ponto de que os recursos transferidos sejam conciliáveis com o referido cronograma.”

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Em relação ao componente Gerenciamento da Dívida Pública, desde o início do projeto estava claro que algumas das ações previstas poderiam ser executadas simultaneamente, como de fato aconteceu. Outras pelas suas peculiaridades, somente poderiam ser iniciadas após a conclusão da etapa anterior, pois havia pré-requisitos à sua realização. Neste contexto se enquadrou o trabalho referente ao desenvolvimento de um sistema integrado para a dívida pública. O SID foi concebido em módulos e submódulos, cuja construção segue uma determinada lógica, na qual alguns submódulos são pré-requisito para os submódulos seguintes. Os produtos são especificados, construídos, homologados e colocados em produção paulatinamente.

O SID vem sendo implementado desde novembro de 2005. Os recursos transferidos ao PNUD foram essenciais para garantir o fluxo de pagamentos ao consórcio que está executando e para o bom andamento do projeto.

O valor transferido ao PNUD corresponde ao valor dos contratos firmados pelo Organismo. Em 30 de setembro de 2005 foi assinado o contrato com o Consórcio

BearingPoint/DBA Engenharia de Sistemas para a 1ª fase de construção do Sistema Integrado da Dívida Pública- SID, no valor de R\$ 13.112.129,78 (treze milhões cento e doze mil, cento e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), equivalentes, à época, a US\$5.9 milhões, com prazo de conclusão estimado em 2,5 anos.

Até 31/12/2007 foram aplicados no Sistema Integrado da Dívida Pública – SID, o montante de US\$ 1.971.996,16 (fonte 148), destinados ao pagamento de produtos concluídos e aprovados no projeto de desenvolvimento do SID. Os gastos com recursos nacionais totalizam US\$ 90.602,80, representando basicamente a taxa de administração cobrada pelo PNUD e os impostos locais, que não são cobertos pelo empréstimo.

Em razão de uma revisão bastante realista do cronograma, constatou-se que em 31/12/2007, apenas parte do trabalho estaria concluída, pelo que se solicitou nova extensão do prazo, até 31/12/2008, de forma a viabilizar a conclusão da primeira fase do projeto.

Com a prorrogação do contrato até 31/12/2008, através da recomendação do Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos–GTEC/COFIEX nº 410, de 12 de setembro de 2007, ocorrerá aplicação adicional de mais US\$ 3.072 mil, permitindo a conclusão e a entrada em produção de todos os submódulos integrantes dos Grupos de Implantação nº 2 e 3, incluindo, neste valor, os gastos que capacitaram a equipe da STN para a plena utilização e gerenciamento do sistema.

4.2 TCU – Tribunal de Contas da União

Acórdão nº 415/2007

Levantamento de Auditoria na Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de apurar o montante e a composição da dívida pública federal.

i. Recomendação:

“9.5.1. em atendimento aos arts. 87, 88 e 98 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, aos incisos I, III e § 3º do art. 29, ao inciso III do art. 50 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ao art. 11, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, à Instrução Normativa STN/MF nº 3, de 23 de maio de 2001, e à Norma de Execução STN/MF nº 1, de 13 de junho de 2001, faça a correção das diferenças apontadas no relatório e seus anexos para os passivos e ativos do quadro demonstrativo da dívida consolidada, cotejando-os com os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira.”

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Conforme informado no do Ofício STN/GAB Nº 857/2007, de 22 de maio de 2007, encaminhado ao TCU, no que diz respeito à CODIV:

“Divergência de valor entre os registros no Siafi, transação balancete, e no relatório da dívida consolidada referente à dívida mobiliária interna (mercado + bacen), no valor de R\$ 1.856.959 mil, a preços de dezembro de 2005.”

Do valor de R\$ 1.856.959 mil apontado acima:

- R\$ 1.856.959 mil apontado acima:

- R\$ 1.892.315 mil: referem-se à divergência na metodologia de cálculo (TIR x apropriação de juros). Os dados constantes do relatório da dívida consolidada foram extraídos do documento “Nota para Imprensa STN/BACEN”, elaborado em parceria da STN e BACEN com o objetivo de proporcionar ao mercado financeiro informações econômicas sobre a dívida pública, e para tanto utiliza conceitos empregados na análise econômico-financeira como, por exemplo “*yeld*” de um título (valor da curva), apuração de estoque considerando o desconto financeiro com base na Taxa Interna de Retorno do mesmo. Dessa forma, a metodologia empregada no cálculo de estoque da dívida mobiliária foi à apuração por desconto do valor do título pela TIR. Por outro lado, o SIAFI como sistema de controle contábil, exige – como características básicas – o desmembramento financeiro em termos analíticos tais como valor líquido, atualização monetária e encargos/juros reais (ágio/deságio, mais acréscimo financeiro e mais juros nominais). A apuração do valor do estoque da dívida interna registrado no SIAFI considera tais características e é elaborado com base na apropriação contábil mensal.

- (R\$ 35.357 mil): referem-se ao resíduo de estoque de Certificado de Privatização – CP, o qual não foi refletido no relatório consolidado da dívida mobiliária interna.

“Divergência de valor entre os registros no SIAFI, transação balancete, e no relatório da dívida consolidada referente à dívida securitizada, no valor de R\$ 2.489.920 mil, a preços de dezembro de 2005”

O relatório da dívida consolidada registrou como dívida securitizada os seguintes valores:

TDA	R\$ 3.447.500
Securitizada (mercado)	R\$ 18.084.301
CDP	<u>R\$ 294</u>
Total.....	R\$ 21.532.095 mil

Saldo no SIAFI

TDA	R\$ 2.308.918
Securitizada (mercado)	R\$ 18.084.301
Securitizada (BACEN)	R\$ 3.769.072
Apropriação de juros	<u>(R\$ 140.275)</u>
Total.....	R\$ 24.022.016 mil

Da divergência de R\$ 2.489.920,7 mil:

R\$ 1.138.582 mil: referem-se à apropriação mensal de juros do Título da Dívida Agrária – TDA registrada a menor, por razões operacionais. Correção do registro está sendo providenciada no SIAFI;

(R\$ 3.769.072 mil): correspondem à parcela da dívida securitizada registrada na carteira do BACEN, que não é objeto do relatório da dívida consolidada, pois este considera somente a dívida em mercado;

R\$ 294 mil: referem-se ao valor do Certificado da Dívida Pública – CDP classificado no Siafi como dívida mobiliária e foi considerado como dívida securitizada no relatório da dívida consolidada;

R\$ 140.275 mil: correspondem à apropriação de juros da dívida securitizada lançada a menor no Siafi, com base na projeção do IGP-DI do período. O ajuste foi efetuado no Siafi, com base no índice efetivamente verificado.

“Divergência de valor entre os registros nos Siafi, transação balancete, e no relatório da dívida consolidada referente à dívida mobiliária externa, no valor de R\$ 64.861.675,01, a preços de dezembro de 2005”

A posição registrada no Siafi está correta. A divergência refere-se à metodologia de cálculo do estoque realizada pelo BACEN. Os valores informados pelo Tesouro Nacional são convertidos da moeda de origem para o Real(R\$) pela cotação de venda do último dia do mês.

“Divergência de valor entre os registros no Siafi, transação balancete, e no relatório da dívida consolidada referente à dívida externa contratual de R\$ 558.254.982,74, a preços de dezembro de 2005.”

Existiam divergências de lançamentos no SIAFI em razão de alguns contratos estarem distribuídos em vários ministérios e a atualização não ser realizada pelos ministérios no tempo devido. A Secretaria do Tesouro Nacional vem realizando trabalho para conscientizar os gestores destes contratos quanto a necessidade de atualizarem regularmente os valores.

Acórdão nº 1002/2007

Processos de Concessões de garantias aos entes federativos

i. Recomendação:

“Criação de mecanismos que vinculem os processos de contratação de operações de crédito com garantia da União aos demais documentos produzidos após a contratação”

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Com vistas a atender à recomendação do TCU, foi acertado entre as Coordenações-Gerais envolvidas, que na eventualidade do Tesouro Nacional vir a honrar qualquer compromisso financeiro na condição de garantidora, os documentos relativos ao assunto, produzidos pela CODIV e pela COAFI, serão encaminhados à Gerência de Responsabilidades Financeiras GERFI/COREF, que ficará encarregada de remetê-los à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para ajuntada no processo correspondente.

Acórdão nº 1051/2007

Providências adotadas pela STN sobre recomendações relativas à Dívida Pública Federal (Ofício nº 359/2007 TCU/SEMAG/Gabinete de 14/06/2007).

i. Recomendação:

a) – “Informe as providências mencionadas no item 2, “a” do Ofício nº 2.314 STN/CODIV, de 20/4/2006, para regularização das diferenças havidas entre os valores do Balancete de Verificação e do Subsistema DÍVIDA, que é a base para a informação da Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional Interna, Dívida Securitizada e Dívida Mobiliária Externa no Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada Bruta, com base no art. 18, inciso IV, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001”.

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Primeiramente é importante ressaltar que o Subsistema DÍVIDA trata da Dívida Pública Federal Externa, enquanto que, para Dívida Pública Mobiliária Interna, aí incluída a dívida securitizada, os controles são afetos ao DPI. No momento, está se trabalhando no desenvolvimento de um sistema integrado que, no futuro, todas as dívidas serão tratadas no contexto do SID – Sistema Integrado da Dívida.

Quanto às divergências da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e da Securitizada, às divergências, conforme já explicado anteriormente, decorreram em função dos indexadores no momento do registro do estoque na contabilidade pela Unidade Gestora da CODIV estarem estimados. Citamos como exemplo o IPCA que é divulgado somente no dia 10 de cada mês, após o fechamento da contabilidade para os lançamentos do mês anterior. Desta forma, a apuração do estoque na contabilidade era feita por estimativa do índice, fazendo-se os ajustes posteriormente, com base no índice verificado. Para equacionar o problema os ajustes contábeis vêm sendo feitos com valorização para o último dia do mês, pela Setorial Contábil, a qual tem competência para reabrir o sistema e efetuar ajustes contábeis num prazo maior. Com este procedimento, esperamos que as divergências sejam sanadas.

i. Recomendação:

b) – “Registre no grupo de contas 520000000 – Resultado Extra-orçamentário, a incorporação da obrigação com assunção de dívida externa contratual sem entrada de recursos financeiros, com base no art 18, inciso I e II, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001”.

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Conforme foi informado no Memo STN/CODIV 1051, de 5/3/2007, encaminhado ao Tribunal de Contas pelo Ofício STN/CODIN 1533, de 5/3/2007, foram feitos os ajustes no Manual Simplificado de Contabilização e Controle da Dívida Pública, onde os procedimentos contábeis registram a conta de variação 52331KK00 (Incorporação de Obrigações).

i. Recomendação:

c) – “Análise o roteiro contábil da incorporação de títulos usados em garantia, considerando a possibilidade de conceber o fato como execução da receita com a emissão de títulos quando houver necessidade de o Tesouro Nacional honrar o compromisso, com base no art 57, combinado com o art 11, § 2º, da Lei 4.320 de 17/3/64 e no art 18, incisos I e II, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001”.

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Conforme foi informado no Memo STN/CODIV 1051, de 5/3/2007, encaminhado ao Tribunal de Contas pelo Ofício STN/CODIN 1533, de 5/3/2007, entende-se não haver possibilidade do registro da receita, em razão da emissão ter sido feita sem contrapartida financeira. Se, porventura, a garantia vier a ser honrada, o pagamento se dará por uma fonte de recurso específica consignada no orçamento do exercício em que ocorrer o vencimento da obrigação.

i. Recomendação:

d) – “Modifique o roteiro contábil da emissão do Título da Dívida Agrária – TDA substituindo a conta contábil 523179800 – que representa baixa de TDA – por outra mais adequada a ser usada na contrapartida da receita orçamentária e altere para o sistema patrimonial a natureza da conta 523179800 – Baixa de Crédito na Emissão do TDA, com base no art 18, inciso I e II, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001”.

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Conforme foi informado no Memo STN/CODIV 1051, de 5/3/2007, encaminhado ao Tribunal de Contas pelo Ofício STN/CODIN 1533, de 5/3/2007, foi alterado para o exercício de 2008 o roteiro contábil do evento 540284, onde foi substituído a conta 5.2.3.1.7.98.00 - CREDITOS NA EMISSAO DE TDA – que está contemplada no grupo Baixa de Direitos, pela conta 5.2.2.3.3.07.04 - AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS – FINANCEIROS, mais apropriada para esta situação.

i. Recomendação:

e) – “Altere o roteiro contábil do registro da variação cambial positiva da moeda estrangeira adquirida para liquidação futura de despesas, para que o ganho com a variação cambial positiva seja contabilizada ou na conta de receita orçamentária 419909600 ou na conta de resultado extra-orçamentário 623230701 e para que não conste a conta 523230701 referente a variação cambial negativa, tendo em vista o fato se tratar de variação cambial positiva. Caso se opte pela primeira conta contábil, analise se é coerente que a negativa seja de natureza extra-orçamentária, procedendo às devidas alterações para que se mantenha a equivalência, se for o caso, com base no art 18, inciso I e II, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001”.

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Conforme foi informado no Memo STN/CODIV 1051, de 5/3/2007, encaminhado ao Tribunal de Contas pelo Ofício STN/CODIN 1533, de 5/3/2007, a rotina contábil está sendo harmonizada com o registro da variação cambial negativa por meio da execução orçamentária da despesa. Com isso o evento 54.0.429 não será mais

utilizado e o fato será contabilizado com evento da classe 51 para realização da despesa, conforme a sua natureza, e o da classe 56 para o registro do desembolso financeiro.

Para o registro da variação positiva será utilizado evento da classe 80 para a classificação da receita em contra-partida do evento da classe 55 para o ingresso do financeiro, não mais utilizando o evento 54.0.422.

Em decorrência da complexidade e do envolvimento orçamentário da despesa, e tendo em vista que as contas de Variações Passivas são encerradas no final de cada exercício, a implementação desta nova rotina contábil dar-se-á a partir de janeiro de 2008.

i. Recomendação:

f) – “Apresente uma forma alternativa de utilização conjunta dos eventos 510175 e 560635, para que as contas contábeis 613310000 – Desincorporação de Operações de Crédito em Contratos e 212320200 – Operações de Crédito Externo sejam usadas no evento 51 e para que as contrapartidas de todas as contas sejam do mesmo sistema de contas, com base no art 18, inciso I e II, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001”.

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

Conforme foi informado no Memo STN/CODIV 1051, de 5/3/2007, encaminhado ao Tribunal de Contas pelo Ofício STN/CODIN 1533, de 5/3/2007, os eventos 510175 e 560635 são complementares. Essa forma de fechamento contábil é utilizada para obrigar que os dois eventos sejam sempre utilizados em conjunto para registrar uma rotina específica, não permitindo que sejam utilizados com outros de finalidade diferente, pois isso poderia gerar inconsistências contábeis.

i. Recomendação:

g) – “Altere a sistemática de apuração dos valores das operações de crédito, para que sejam abrangidos todos os fatos que se equiparam às operações de créditos listadas pelo Manual de Elaboração do RGF e não só os valores da conta 421000000 – Receita de Capital Operações de Crédito, por meio da análise da natureza de cada tipo de operação de crédito para se definirem as contas contábeis que apresentarão os seus valores, com base no art 18, inciso II, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001 e art 55, inciso I, d, da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

h) – “Apresente as partidas contábeis dos tipos de operações de crédito previstas no Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e avalie a necessidade de se criarem contas e eventos específicos para as diversas formas de operações de crédito com vistas a aumentar a transparência da operação nos demonstrativos do SIAFI, com base no art 18, inciso I e II, da Lei nº 10.180, de 6/2/2001”.

ii. Providências adotadas e resultados obtidos

O assunto já foi matéria do Acórdão nº. 1.573/2006 e foi tratado no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, onde foi estabelecida meta institucional que dispôs “Meta conjunta entre as unidades CODIV/CCONT, sob a coordenação da primeira.

Elaborar, até 31.Mar.07, estudos com a finalidade de definir melhor forma de contabilização das operações provenientes da assunção , reconhecimento e confissão de dívidas, tendo em vista o conceito de operação de crédito previsto no art. 29 da LRF, com vistas a atender determinação contida no Acórdão nº 1573/2006 - TCU.", conforme disposto no item 14 do Anexo XV da Portaria STN nº. 850, de 31/10/2006.

Portanto foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União Memorando Conjunto STN/CODIV/CCONT nº 4, de 17/5/2007 pelo Ofício STN/CODIN 4340, de 4/6/2007, onde foi apresentado um estudo detalhado e apresentando novas rotinas contábeis e contas contábeis que demonstrarão todas as operações de crédito, orçamentárias ou extra-orçamentárias. Porém, em decorrência da complexidade de segregação dos saldos registrados atualmente de forma consolidada em dívida interna e externa e em operações de crédito e assunção de dívida, e tendo em vista que as contas de Variações Passivas são encerradas no final de cada exercício, a implementação desta nova rotina contábil dar-se-á a partir de janeiro de 2008.

5. Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Acordo de Cooperação Técnica	001437	Processo nº 10951.000324 /20001-41, assinado em 20 de dezembro de 2001, com vigência até 31/12/2008	Financiamento do Projeto de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro – PROGER(*)	28/12/2001	US\$ 8.880.000,00	Fonte 148 R\$ 524.354,00	Fonte 100 R\$ 0	PNUD – CNPJ 03723329000179	

(*) Entendemos por Avença a finalidade do contrato

(**) Fonte 148

R\$ 351.922,69 – Encargos e Salários – UG 170006

6. Execução Financeira e Orçamentária – 2007

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
1003644010000000032902101170600BIR DPACE 1003644010000000032902201170600BIR DPACE IDOC 2821	Juros	70.153,55	68.864,16	1.289,39	1,84%	Variação não significativa
	Encargos	40.886,03	35.235,45	5.650,58	13,82%	
	TOTAL	111.039,58	104.099,61	6.939,97	6,25%	
10036440100000000469071011706002710 PROGER 10036440100000000329021011706002710 PROGER 10036440100000000329022011706002710 PROGER IDOC 2710	Principal	2.047.000,00	1.801.271,00	245.729,00	12,00%	Variação não significativa
	Juros	437.048,00	334.420,88	102.627,12	23,48%	
	Encargos	34.197,00	29.808,08	4.388,92	12,83%	
	TOTAL	2.518.245,00	2.165.499,96	352.745,04	14,01%	
Dívida Externa da União Decorrente de Empréstimos e Financiamentos PT 28844090602840001 PTRES 003644	Principal	2.047.000,00	1.801.271,00	245.729,00	12,00%	
	Juros	507.201,55	403.285,04	103.916,51	20,49%	
	Encargos	75.083,03	65.043,53	10.039,50	13,37%	
	TOTAL	2.629.284,58	2.269.599,57	359.685,01	13,68%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036450100000000469072011706009999E STADOS	Principal	94.231.072,00	91.023.578,19	3.207.493,81	3,40%	Variação não significativa
10036450144000000329023011706009999E STADOS	Juros	43.928.521,00	43.918.748,24	9.772,76	0,02%	
IDOC 9999	TOTAL	138.159.593,00	134.942.326,43	3.217.266,57	2,33%	
Dívida Interna Decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária PT 28843090502520001 PTRES 003645						
	Principal	94.231.072,00	91.023.578,19	3.207.493,81	3,40%	
	Juros	43.928.521,00	43.918.748,24	9.772,76	0,02%	
	TOTAL	138.159.593,00	134.942.326,43	3.217.266,57	2,33%	
10036470100000000469072011706002715S UNAMAN	Principal	9.063.261,00	9.047.598,90	15.662,10	0,17%	Variação não significativa
10036470144000000329023011706002715S UNAMAN	Juros	496.464,00	404.384,10	92.079,90	18,55%	
IDOC 2715	TOTAL	9.559.725,00	9.451.983,00	107.742,00	1,13%	

10036470100000000469072011706002720L OYDBRA 10036470144000000329023011706002720L OYDBRA IDOC 2720	Principal	2.854.573,00	2.829.244,90	25.328,10	0,89%	Variação não significativa
	Juros	399.645,00	371.348,14	28.296,86	7,08%	
	TOTAL	3.254.218,00	3.200.593,04	53.624,96	1,65%	
Dívida Mobiliária Interna da União decorrente de assunção, reconhecimento ou confissão de Dívida de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista. PT 28843090504310001 PTRES 003647	Principal	11.917.834,00	11.876.843,80	40.990,20	0,34%	
	Juros	896.109,00	775.732,24	120.376,76	13,43%	
	TOTAL	12.813.943,00	12.652.576,04	161.366,96	1,26%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036480100000000469072011706002729I NEGF 10036480144000000329023011706002729I NEGF IDOC 2729	Principal	203.661.600,00	202.011.191,74	1.650.408,26	0,81%	Variação não significativa
	Juros	145.582.660,00	142.814.854,98	2.767.805,02	1,90%	
	TOTAL	349.244.260,00	344.826.046,72	4.418.213,28	1,27%	

10036480100000000469072011706002730I NAGRO2 100364801440000000329023011706002730I NAGRO2 IDOC 2730	Principal	814.999,00	807.790,20	7.208,80	0,88%	Variação não significativa
	Juros	68.361,00	60.466,80	7.894,20	11,55%	
	TOTAL	883.360,00	868.257,00	15.103,00	1,71%	
10036480100000000469072011706002770A GRICOL 100364801440000000329023011706002770A GRICOL IDOC 2770	Principal	219.021.391,00	219.018.722,70	2.668,30	0,00%	Variação não significativa
	Juros	495.897.037,00	477.510.383,97	18.386.653,03	3,71%	
	TOTAL	714.918.428,00	696.529.106,67	18.389.321,33	2,57%	
Dívida Mobiliária Interna da União decorrente de programas de apoio ao segmento agrícola PT 28843090504330001 PTRES 003648	Principal	423.497.990,00	421.837.704,64	1.660.285,36	0,39%	
	Juros	641.548.058,00	620.385.705,75	21.162.352,25	3,30%	
	TOTAL	1.065.046.048,00	1.042.223.410,39	22.822.637,61	2,14%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036490100000000469072011706002740T DA 10036490144000000329023011706002740T DA IDOC 2740	Principal	641.966.750,00	486.913.625,87	155.053.124,13	24,15%	Variação não significativa
	Juros	264.353.000,00	220.902.892,21	43.450.107,79	16,44%	
	TOTAL	906.319.750,00	707.816.518,08	198.503.231,92	21,90%	
2741DPMFI 2741DPMFI IDOC 2741	Principal	372.016.515.581,00	281.477.962.585,53	90.538.552.995,47	24,34%	Variação não significativa
	Juros	109.338.545.005,00	89.880.253.993,57	19.458.291.011,43	17,80%	
	TOTAL	481.355.060.586,00	371.358.216.579,10	109.996.844.006,90	22,85%	
10036720143000000469076011706002852R EDMFI 10036490144000000329023011706002852D PMFIBC IDOC 2852						Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado.
	Principal	275.495.459.873,00	122.335.260.935,56	153.160.198.937,44	55,59%	
	Juros	31.376.478.913,00	30.184.108.350,40	1.192.370.562,60	3,80%	
	TOTAL	306.871.938.786,00	152.519.369.285,96	154.352.569.500,04	50,30%	

Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI) PT 28843090504550001 PTRES 003649	Principal	55.163.422.240,00	46.971.396.419,03	8.192.025.820,97	14,85%	
	Juros	140.979.376.918,00	120.285.265.236,18	20.694.111.681,82	14,68%	
	TOTAL	196.142.799.158,00	167.256.661.655,21	28.886.137.502,79	14,73%	
Refinanciamento Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI) PT 28841090703650001 PTRES 003672	Principal	592.990.519.964,00	357.328.740.727,93	235.661.779.236,07	39,74%	
	TOTAL	592.990.519.964,00	357.328.740.727,93	235.661.779.236,07	39,74%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036510144000000329023011706009999F CVS IDOC 9999	Juros	3.754.209.725,00	1.402.330.621,75	2.351.879.103,25	62,65%	Havia uma previsão de novas emissões (novações de dívidas) que foram realizadas apenas parcialmente
	TOTAL	3.754.209.725,00	1.402.330.621,75	2.351.879.103,25	62,65%	
Dívida Interna Decorrente de Novação de Dívidas do Fundo de Compensações de Variações Salariais FCVS (Lei nº 10.150 de 2000) PT 28846090509HL0001 PTRES 003651						
	Juros	3.754.209.725,00	1.402.330.621,75	2.351.879.103,25	62,65%	
	TOTAL	3.754.209.725,00	1.402.330.621,75	2.351.879.103,25	62,65%	

10036530143000000469077011706002757E PPGFI	Principal	15.192.579,00	10.817.200,18	4.375.378,82	28,80%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da
---	-----------	---------------	---------------	--------------	--------	---

	Juros	2.585.688,00	1.850.420,43	735.267,57	28,44%	
	TOTAL	17.778.267,00	12.667.620,61	5.110.646,39	28,75%	
10036530143000000469077011706002758E PRODE	Principal	8.958.855,00	6.307.775,50	2.651.079,50	29,59%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
10036530144000000329021011706002758E PRODE	Juros	2.399.760,00	1.694.027,21	705.732,79	29,41%	
IDOC 2758	TOTAL	11.358.615,00	8.001.802,71	3.356.812,29	29,55%	
Dívida Externa da União Decorrente de Financiamentos para Operações Oficiais de Crédito PT 28844090603710001 PTRES 003653	Principal	24.151.434,00	17.124.975,68	7.026.458,32	29,09%	
	Juros	4.985.448,00	3.544.447,64	1.441.000,36	28,90%	
	TOTAL	29.136.882,00	20.669.423,32	8.467.458,68	29,06%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036540143000000469077011706002747E XUSAID	Principal	32.895.122,00	25.163.194,10	7.731.927,90	23,50%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
10036540144000000329021011706002747E XUSAID	Juros	2.522.622,00	1.961.657,61	560.964,39	22,24%	
IDOC 2747	TOTAL	35.417.744,00	27.124.851,71	8.292.892,29	23,41%	
10036540143000000469077011706002772E XNUCLE	Principal	5.042.764,00	3.910.735,77	1.132.028,23	22,45%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
10036540144000000329021011706002772E XNUCLE	Juros	500.948,00	363.638,68	137.309,32	27,41%	
IDOC 2772	TOTAL	5.543.712,00	4.274.374,45	1.269.337,55	22,90%	
Dívida Mobiliária Externa da União decorrente de assunção, reconhecimento ou confissão de Dívida de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista PT 28844090604050001 PTRES 003654	Principal	37.937.886,00	29.073.929,87	8.863.956,13	23,36%	
	Juros	3.023.570,00	2.325.296,29	698.273,71	23,09%	
	TOTAL	40.961.456,00	31.399.226,16	9.562.229,84	23,34%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2006

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2006 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036550171000000469072011706002751B IB 10036550144000000329023011706002751B IB IDOC 2751	Principal	564.121.337,00	61.865.255,61	502.256.081,39	89,03%	O orçamento contemplava valores para permitir possíveis operações de recompras de títulos, não havendo, no entanto, oportunidade de mercado nem interesse por parte da República em fazer recompra.
	Juros	32.265.022,00	25.431.787,97	6.833.234,03	21,18%	
	TOTAL	596.386.359,00	87.297.043,58	509.089.315,42	85,36%	
10036740143000000469076011706002754R DL6019 10036550144000000329023011706002754D L6019 10036550144000000329024011706002754D L6019 IDOC 2754	Principal	124.461,00	88.871,52	35.589,48	28,59%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	67.332,00	50.782,08	16.549,92	24,58%	
	Encargos	19.163,00	14.543,19	4.619,81	24,11%	
	TOTAL	210.956,00	154.196,79	56.759,21	26,91%	

Dívida Externa da União Decorrente de Acordos de Reestruturação (BIB, BEA, CPARIS, DL6019) PT 28844090604090001 PTRES 003655	Principal	17.011.323,00	17.011.323,00	-	0,00%
	Juros	32.332.354,00	25.482.570,05	6.849.783,95	21,19%
	Encargos	19.163,00	14.543,19	4.619,81	24,11%
	TOTAL	49.362.840,00	42.508.436,24	6.854.403,76	13,89%
Refinanciamento de Dívida Pública Externa da União Decorrente de Acordos de Reestruturação (BIB, BEA, CPARIS, DL6019) PT 28842090803670001 PTRES 003674	Principal	547.234.475,00	44.942.804,13	502.291.670,87	91,79%
	TOTAL	547.234.475,00	44.942.804,13	502.291.670,87	91,79%

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706000031 MP 10036560100000000329021011706000031 MP IDOC 0031	Principal	132.161,00	100.038,46	32.122,54	24,31%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	19.044,00	9.088,55	9.955,45	52,28%	
	TOTAL	151.205,00	109.127,01	42.077,99	27,83%	

10036560100000000469071011706000042 ME 10036560100000000329021011706000042 ME IDOC 0042						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	2.555.472,00	1.897.157,61	658.314,39	25,76%	
	Juros	673.252,00	371.118,52	302.133,48	44,88%	
	TOTAL	3.228.724,00	2.268.276,13	960.447,87	29,75%	
10036560100000000469071011706000045 ME 10036560100000000329021011706000045 ME IDOC 0045	Principal	1.668.132,00	1.376.149,04	291.982,96	17,50%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	238.166,00	125.023,79	113.142,21	47,51%	
	TOTAL	1.906.298,00	1.501.172,83	405.125,17	21,25%	
10036560100000000469071011706000048 ME 10036560100000000329021011706000048 ME IDOC 0048	Principal	326.505,00	288.261,44	38.243,56	11,71%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	105.281,00	72.132,17	33.148,83	31,49%	
	TOTAL	431.786,00	360.393,61	71.392,39	16,53%	
10036560100000000469071011706000062 MS 10036560100000000329021011706000062 MS IDOC 0062	Principal	587.306,00	415.180,68	172.125,32	29,31%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	30.703,00	21.151,52	9.551,48	31,11%	
	TOTAL	618.009,00	436.332,20	181.676,80	29,40%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706000079 ME 10036560100000000329021011706000079 ME IDOC 0079	Principal	1.161.271,00	885.058,22	276.212,78	23,79%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	100.158,00	26.551,75	73.606,25	73,49%	
	TOTAL	1.261.429,00	911.609,97	349.819,03	27,73%	
10036560100000000469071011706000307 MD 10036560100000000329022011706000307 MD IDOC 0307						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	24.771,00	19.482,52	5.288,48	21,35%	
	Encargos	1.492,00	1.168,96	323,04	21,65%	
	TOTAL	26.263,00	20.651,48	5.611,52	21,37%	
10036560100000000469071011706000351 MS 10036560100000000329021011706000351 MS IDOC 0351	Principal	169.560,00	141.645,11	27.914,89	16,46%	Variação não significativa
	Juros	49.108,00	40.796,67	8.311,33	16,92%	
	TOTAL	218.668,00	182.441,78	36.226,22	16,57%	

10036560100000000469071011706000755 MAPA	Principal	514.752,00	394.242,00	120.510,00	23,41%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	75.733,00	57.660,90	18.072,10	23,86%	
10036560100000000329021011706000755 MAPA IDOC 0755	TOTAL	590.485,00	451.902,90	138.582,10	23,47%	
10036560100000000469071011706001730 MAPA	Principal	1.598.539,00	1.233.490,25	365.048,75	22,84%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	146.124,00	111.014,12	35.109,88	24,03%	
10036560100000000329021011706001730 MAPA IDOC 1730	TOTAL	1.744.663,00	1.344.504,37	400.158,63	22,94%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706001890 MD	Principal	1.210.702,00	873.238,51	337.463,49	27,87%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	278.339,00	200.294,60	78.044,40	28,04%	
10036560100000000329021011706001890 MD IDOC 1890	TOTAL	1.489.041,00	1.073.533,11	415.507,89	27,90%	

10036560100000000469071011706002109 MCID 10036560100000000329021011706002109 MCID IDOC 2109						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	34.469.500,00	15.144.637,37	19.324.862,63	56,06%	
	Juros	15.603.000,00	5.853.747,06	9.749.252,94	62,48%	
	TOTAL	50.072.500,00	20.998.384,43	29.074.115,57	58,06%	
10036560100000000469071011706002143 MCT 10036560100000000329021011706002143 MCT IDOC 2143						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	7.123.966,00	5.481.211,56	1.642.754,44	23,06%	
	Juros	4.005.734,00	1.051.299,25	2.954.434,75	73,76%	
	TOTAL	11.129.700,00	6.532.510,81	4.597.189,19	41,31%	
10036560100000000469071011706002204 MRE 10036560100000000329021011706002204 MRE IDOC 2204	Principal	215.289,00	106.823,56	108.465,44	50,38%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	203.242,00	20.491,84	182.750,16	89,92%	
	TOTAL	418.531,00	127.315,40	291.215,60	69,58%	
10036560100000000469071011706002205 MAPA 10036560100000000329021011706002205 MAPA IDOC 2205	Principal	6.767.803,00	5.010.654,46	1.757.148,54	25,96%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	1.639.876,00	1.250.021,31	389.854,69	23,77%	
	TOTAL	8.407.679,00	6.260.675,77	2.147.003,23	25,54%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002209 MCID 10036560100000000329021011706002209 MCID IDOC 2209	Principal	3.363.617,00	2.238.079,88	1.125.537,12	33,46%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	1.554.347,00	604.465,53	949.881,47	61,11%	
	TOTAL	4.917.964,00	2.842.545,41	2.075.418,59	42,20%	
10036560100000000469071011706002226 MMA 10036560100000000329021011706002226 MMA IDOC 2226	Principal	1.714.420,00	1.141.288,88	573.131,12	33,43%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	955.599,00	356.832,56	598.766,44	62,66%	
	TOTAL	2.670.019,00	1.498.121,44	1.171.897,56	43,89%	
10036560100000000469071011706002227 MMA 10036560100000000329021011706002227 MMA IDOC 2227	Principal	1.135.005,00	648.893,31	486.111,69	42,83%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	528.962,00	133.622,90	395.339,10	74,74%	
	TOTAL	1.663.967,00	782.516,21	881.450,79	52,97%	

10036560100000000469071011706002233 MAPA	Principal	765.625,00	554.562,50	211.062,50	27,57%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	322.818,00	232.916,25	89.901,75	27,85%	
10036560100000000329021011706002233 MAPA IDOC 2233	TOTAL	1.088.443,00	787.478,75	300.964,25	27,65%	
10036560100000000469071011706002236 ME	Principal	24.147.966,00	19.708.235,15	4.439.730,85	18,39%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	5.268.631,00	1.791.573,91	3.477.057,09	66,00%	
10036560100000000329021011706002236 ME IDOC 2236	TOTAL	29.416.597,00	21.499.809,06	7.916.787,94	26,91%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002240 MAPA	Principal	48.396,00	35.273,42	13.122,58	27,12%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	8.678,00	6.276,87	2.401,13	27,67%	
10036560100000000329021011706002240 MAPA IDOC 2240	TOTAL	57.074,00	41.550,29	15.523,71	27,20%	

10036560100000000469071011706002248 MS 10036560100000000329021011706002248 MS IDOC 2248						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	18.841.580,00	14.985.938,35	3.855.641,65	20,46%	
	Juros	1.891.207,00	1.374.965,98	516.241,02	27,30%	
	TOTAL	20.732.787,00	16.360.904,33	4.371.882,67	21,09%	
10036560100000000469071011706002251 MCID 10036560100000000329021011706002251 MCID IDOC 2251						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	12.443.626,00	9.451.410,24	2.992.215,76	24,05%	
	Juros	1.939.697,00	1.839.363,90	100.333,10	5,17%	
	TOTAL	14.383.323,00	11.290.774,14	3.092.548,86	21,50%	
10036560100000000469071011706002252 MCID 10036560100000000329021011706002252 MCID IDOC 2252	Principal	10.826.595,00	8.373.545,50	2.453.049,50	22,66%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	1.741.860,00	1.653.815,67	88.044,33	5,05%	
	TOTAL	12.568.455,00	10.027.361,17	2.541.093,83	20,22%	
10036560100000000469071011706002258 ME 10036560100000000329021011706002258 ME IDOC 2258						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	21.055.800,00	19.158.877,14	1.896.922,86	9,01%	
	Juros	2.313.097,00	1.713.634,22	599.462,78	25,92%	
	TOTAL	23.368.897,00	20.872.511,36	2.496.385,64	10,68%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002262 MRE	Principal	1.035.857,00	742.664,22	293.192,78	28,30%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	517.888,00	254.581,23	263.306,77	50,84%	
10036560100000000329021011706002262 MRE IDOC 2262	TOTAL	1.553.745,00	997.245,45	556.499,55	35,82%	
10036560100000000469071011706002266 MIN	Principal	126.035,00	115.077,28	10.957,72	8,69%	Variação não significativa
	Juros	51.997,00	44.023,62	7.973,38	15,33%	
10036560100000000329021011706002266 MIN IDOC 2266	TOTAL	178.032,00	159.100,90	18.931,10	10,63%	
10036560100000000469071011706002273 MCT	Principal	12.209.121,00	12.166.419,36	42.701,64	0,35%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	9.032.105,00	4.621.681,45	4.410.423,55	48,83%	
10036560100000000329021011706002273 MCT IDOC 2273	TOTAL	21.241.226,00	16.788.100,81	4.453.125,19	20,96%	

10036560100000000469071011706002320 MS 10036560100000000329021011706002320 MS IDOC 2320	Principal	30.563.001,00	24.916.840,99	5.646.160,01	18,47%	Variação não significativa
	Juros	6.417.765,00	6.069.206,23	348.558,77	5,43%	
	TOTAL	36.980.766,00	30.986.047,22	5.994.718,78	16,21%	
10036560100000000469071011706002323 MD 10036560100000000329021011706002323 MD IDOC 2323						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	152.213.930,00	112.128.856,60	40.085.073,40	26,33%	
	Juros	102.641.660,00	75.323.066,29	27.318.593,71	26,62%	
	TOTAL	254.855.590,00	187.451.922,89	67.403.667,11	26,45%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002325 MD 10036560100000000329021011706002325 MD IDOC 2325	Principal	11.150.562,00	8.214.096,00	2.936.466,00	26,33%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária..
	Juros	3.369.015,00	2.456.726,59	912.288,41	27,08%	
	TOTAL	14.519.577,00	10.670.822,59	3.848.754,41	26,51%	

10036560100000000469071011706002344 MS 10036560100000000329021011706002344 MS IDOC 2344						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	18.206.516,00	14.484.164,84	3.722.351,16	20,45%	
	Juros	12.730.066,00	9.236.552,62	3.493.513,38	27,44%	
	TOTAL	30.936.582,00	23.720.717,46	7.215.864,54	23,32%	
10036560100000000469071011706002364 MIN 10036560100000000329021011706002364 MIN IDOC 2364						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária..
	Principal	20.348.616,00	16.320.139,79	4.028.476,21	19,80%	
	Juros	6.328.993,00	5.956.962,05	372.030,95	5,88%	
	TOTAL	26.677.609,00	22.277.101,84	4.400.507,16	16,50%	
10036560100000000469071011706002368 MAPA 10036560100000000329021011706002368 MAPA IDOC 2368	Principal	7.810.882,00	5.908.499,20	1.902.382,80	24,36%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária..
	Juros	1.975.802,00	1.800.025,31	175.776,69	8,90%	
	TOTAL	9.786.684,00	7.708.524,51	2.078.159,49	21,23%	
10036560100000000469071011706002370 MD 10036560100000000329021011706002370 MD IDOC 2370						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária..
	Principal	2.905.423,00	1.948.906,85	956.516,15	32,92%	
	Juros	262.425,00	181.920,14	80.504,86	30,68%	
	TOTAL	3.167.848,00	2.130.826,99	1.037.021,01	32,74%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002375 MCT 10036560100000000329021011706002375 MCT IDOC 2375	Principal	7.190.954,00	6.673.498,62	517.455,38	7,20%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	3.424.595,00	2.398.586,51	1.026.008,49	29,96%	
	TOTAL	10.615.549,00	9.072.085,13	1.543.463,87	14,54%	
10036560100000000469071011706002383 MT 10036560100000000329021011706002383 MT IDOC 2383						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária..
	Principal	32.782.262,00	25.951.347,14	6.830.914,86	20,84%	
	Juros	7.392.851,00	6.979.681,62	413.169,38	5,59%	
	TOTAL	40.175.113,00	32.931.028,76	7.244.084,24	18,03%	
10036560100000000469071011706002386 MT 10036560100000000329021011706002386 MT IDOC 2386						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	22.008.963,00	17.103.244,38	4.905.718,62	22,29%	
	Juros	11.847.051,00	10.161.210,86	1.685.840,14	14,23%	
	TOTAL	33.856.014,00	27.264.455,24	6.591.558,76	19,47%	

10036560100000000469071011706002401 MD 10036560100000000329021011706002401 MD IDOC 2401	Principal	2.943.212,00	2.070.580,15	872.631,85	29,65%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	490.579,00	260.691,80	229.887,20	46,86%	
	TOTAL	3.433.791,00	2.331.271,95	1.102.519,05	32,11%	
10036560100000000469071011706002422 MCID 10036560100000000329021011706002422 MCID IDOC 2422						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	15.443.560,00	12.415.958,62	3.027.601,38	19,60%	
	Juros	1.365.667,00	1.096.635,78	269.031,22	19,70%	
	TOTAL	16.809.227,00	13.512.594,40	3.296.632,60	19,61%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002429 MF 10036560100000000329021011706002429 MF IDOC 2429	Principal	46.175.335,00	33.758.960,94	12.416.374,06	26,89%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	29.785.889,00	19.128.474,71	10.657.414,29	35,78%	
	TOTAL	75.961.224,00	52.887.435,65	23.073.788,35	30,38%	

10036560100000000469071011706002446 MDA 10036560100000000329021011706002446 MDA IDOC 2446						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	12.455.100,00	6.764.885,74	5.690.214,26	45,69%	
	Juros	4.502.794,00	2.059.022,68	2.443.771,32	54,27%	
	TOTAL	16.957.894,00	8.823.908,42	8.133.985,58	47,97%	
10036560100000000469071011706002468 MT 10036560100000000329021011706002468 MT IDOC 2468						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	12.367.992,00	9.210.050,59	3.157.941,41	25,53%	
	Juros	18.227.150,00	1.855.557,94	16.371.592,06	89,82%	
	TOTAL	30.595.142,00	11.065.608,53	19.529.533,47	63,83%	
10036560100000000469071011706002469 MS 10036560100000000329021011706002469 MS IDOC 2469	Principal	6.494.814,00	5.048.439,07	1.446.374,93	22,27%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	2.303.281,00	2.001.112,62	302.168,38	13,12%	
	TOTAL	8.798.095,00	7.049.551,69	1.748.543,31	19,87%	
10036560100000000469071011706002530 MS 10036560100000000329021011706002530 MS IDOC 2530						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	21.262.806,00	16.438.366,34	4.824.439,66	22,69%	
	Juros	7.269.483,00	6.502.792,20	766.690,80	10,55%	
	TOTAL	28.532.289,00	22.941.158,54	5.591.130,46	19,60%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002532 MCT	Principal	3.936.388,00	3.012.316,61	924.071,39	23,48%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	276.344,00	255.546,42	20.797,58	7,53%	
10036560100000000329021011706002532 MCT IDOC 2532	TOTAL	4.212.732,00	3.267.863,03	944.868,97	22,43%	
10036560100000000469071011706002535 ME	Principal	7.986.109,00	6.139.582,45	1.846.526,55	23,12%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	3.292.031,00	1.855.813,51	1.436.217,49	43,63%	
10036560100000000329021011706002535 ME IDOC 2535	TOTAL	11.278.140,00	7.995.395,96	3.282.744,04	29,11%	
10036560100000000469071011706002558 MMA	Principal	309.404,00	135.564,18	173.839,82	56,19%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	284.348,00	84.669,17	199.678,83	70,22%	
10036560100000000329021011706002558 MMA IDOC 2558	TOTAL	593.752,00	220.233,35	373.518,65	62,91%	

10036560100000000469071011706002561 MMA 10036560100000000329021011706002561 MMA IDOC 2561	Principal	1.454.835,00	695.079,42	759.755,58	52,22%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	763.900,00	253.717,13	510.182,87	66,79%	
	TOTAL	2.218.735,00	948.796,55	1.269.938,45	57,24%	
10036560100000000469071011706002571 MMA 10036560100000000329021011706002571 MMA IDOC 2571						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	2.122.023,00	829.578,79	1.292.444,21	60,91%	
	Juros	733.429,00	382.180,97	351.248,03	47,89%	
	TOTAL	2.855.452,00	1.211.759,76	1.643.692,24	57,56%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002585 ME 10036560100000000329021011706002585 ME IDOC 2585	Principal	3.541.370,00	2.440.795,78	1.100.574,22	31,08%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	1.007.290,00	415.853,93	591.436,07	58,72%	
	TOTAL	4.548.660,00	2.856.649,71	1.692.010,29	37,20%	

10036560100000000469071011706002589 MPS 10036560100000000329021011706002589 MPS IDOC 2589						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	560.118,00	424.638,76	135.479,24	24,19%	
	Juros	386.122,00	153.028,19	233.093,81	60,37%	
	TOTAL	946.240,00	577.666,95	368.573,05	38,95%	
10036560100000000469071011706002597 ME 10036560100000000329021011706002597 ME IDOC 2597						Variação não significativa
	Principal	24.208.752,00	21.524.075,28	2.684.676,72	11,09%	
	Juros	10.588.328,00	9.754.088,07	834.239,93	7,88%	
	TOTAL	34.797.080,00	31.278.163,35	3.518.916,65	10,11%	
10036560100000000469071011706002608 ME 10036560100000000329021011706002608 ME IDOC 2608	Principal	13.173.559,00	8.810.097,71	4.363.461,29	33,12%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	2.484.352,00	1.206.301,61	1.278.050,39	51,44%	
	TOTAL	15.657.911,00	10.016.399,32	5.641.511,68	36,03%	
10036560100000000469071011706002611 ME 10036560100000000329021011706002611 ME IDOC 2611						Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Principal	2.706.082,00	2.272.295,32	433.786,68	16,03%	
	Juros	546.093,00	203.757,91	342.335,09	62,69%	
	TOTAL	3.252.175,00	2.476.053,23	776.121,77	23,86%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002613 ME	Principal	896.432,00	577.354,14	319.077,86	35,59%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	71.772,00	28.439,03	43.332,97	60,38%	
10036560100000000329021011706002613 ME IDOC 2613	TOTAL	968.204,00	605.793,17	362.410,83	37,43%	
10036560100000000469071011706002632 ME	Principal	2.185.573,00	1.864.886,71	320.686,29	14,67%	Variação não significativa
	Juros	458.213,00	436.178,84	22.034,16	4,81%	
10036560100000000329021011706002632 ME IDOC 2632	TOTAL	2.643.786,00	2.301.065,55	342.720,45	12,96%	
10036560100000000469071011706002633 ME	Principal	1.145.898,00	977.743,41	168.154,59	14,67%	Variação não significativa
	Juros	204.615,00	169.402,31	35.212,69	17,21%	
10036560100000000329021011706002633 ME IDOC 2633	TOTAL	1.350.513,00	1.147.145,72	203.367,28	15,06%	

10036560100000000469071011706002634 ME 10036560100000000329021011706002634 ME IDOC 2634	Principal	6.406.046,00	4.617.218,13	1.788.827,87	27,92%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	1.071.936,00	969.043,32	102.892,68	9,60%	
	TOTAL	7.477.982,00	5.586.261,45	1.891.720,55	25,30%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002641 ME 10036560100000000329021011706002641 ME IDOC 2641	Principal	4.192.213,00	1.694.967,53	2.497.245,47	59,57%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	1.231.546,00	188.138,27	1.043.407,73	84,72%	
	TOTAL	5.423.759,00	1.883.105,80	3.540.653,20	65,28%	
10036560100000000469071011706002643 ME 10036560100000000329021011706002643 ME IDOC 2643	Principal	1.261.557,00	734.804,63	526.752,37	41,75%	Orçamento transferido dos Órgãos de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06. Orçamento transferido a maior com margem de segurança.
	Juros	284.400,00	213.572,01	70.827,99	24,90%	
	TOTAL	1.545.957,00	948.376,64	597.580,36	38,65%	

10036560100000000469071011706002651 MPS 10036560100000000329021011706002651 MPS IDOC 2651	Principal	600.607,00	570.436,94	30.170,06	5,02%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	350.338,00	276.890,40	73.447,60	20,96%	
	TOTAL	950.945,00	847.327,34	103.617,66	10,90%	
10036560100000000469071011706002678 MS 10036560100000000329021011706002678 MS IDOC 2678						Variação não significativa
	Principal	6.482.183,00	6.030.638,90	451.544,10	6,97%	
	Juros	1.377.263,00	1.172.153,39	205.109,61	14,89%	
	TOTAL	7.859.446,00	7.202.792,29	656.653,71	8,35%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560100000000469071011706002689 MS 10036560100000000329021011706002689 MS IDOC 2689	Principal	656.400,00	501.322,91	155.077,09	23,63%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária..
	Juros	51.126,00	32.177,87	18.948,13	37,06%	
	TOTAL	707.526,00	533.500,78	174.025,22	24,60%	

10036560143000000469077011706000262D NER 10036560144000000329021011706000262D NER IDOC 0262						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	42.186,00	33.368,89	8.817,11	20,90%	
	Juros	4.111,00	3.270,79	840,21	20,44%	
	TOTAL	46.297,00	36.639,68	9.657,32	20,86%	
10036560143000000469077011706002232D NER 10036560144000000329021011706002232D NER IDOC 2232						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Principal	65.791.848,00	49.737.359,79	16.054.488,21	24,40%	
	Juros	19.325.618,00	14.186.688,77	5.138.929,23	26,59%	
	TOTAL	85.117.466,00	63.924.048,56	21.193.417,44	24,90%	
10036560143000000469077011706002392D NER 10036560144000000329021011706002392D NER IDOC 2392	Principal	81.186.137,00	51.530.064,31	29.656.072,69	36,53%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	18.180.462,00	11.545.599,92	6.634.862,08	36,49%	
	TOTAL	99.366.599,00	63.075.664,23	36.290.934,77	36,52%	
10036560144000000329021011706001143D NER IDOC 1143						Variação não significativa
	Juros	16.800,00	14.994,89	1.805,11	10,74%	
	TOTAL	16.800,00	14.994,89	1.805,11	10,74%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036560143000000469077011706002755A .BR/FR 10036560144000000329021011706002755A .BR/FR IDOC 2755	Principal	32.002.326,00	23.412.688,19	8.589.637,81	26,84%	A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	2.784.921,00	2.041.975,56	742.945,44	26,68%	
	TOTAL	34.787.247,00	25.454.663,75	9.332.583,25	26,83%	
10036560389000000469071011706002756P AFIB 10036560144000000329021011706002756P AFIB IDOC 2756						Os empréstimos previstos e negociados para o ano de 2007, não aconteceram. Além disso, o orçamento contemplava a possibilidade de antecipação do pagamento da dívida, o que não ocorreu. Desta forma, reduziram-se às despesas com o principal, com os juros, não havendo, gastos com comissão de compromisso.
	Principal	2.759.080.776,00	186.929.422,41	2.572.151.353,59	93,22%	
	Juros	1.329.981.428,00	614.530.861,53	715.450.566,47	53,79%	
	Encargos	29.618.599,00		29.618.599,00	100,00%	
	TOTAL	4.118.680.803,00	801.460.283,94	3.317.220.519,06	80,54%	
10036560144000000329021011706002840S WAPBF1 10036560144000000329022011706002840S WAPBF1 IDOC 2840						A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em maio/2006 foi superior às cotações verificadas no exercício de 2007, quando da execução orçamentária.
	Juros	83.828.786,44	58.688.469,07	25.140.317,37	29,99%	
	Encargos	174.002,56	174.002,56	-	0,00%	
	TOTAL	84.002.789,00	58.862.471,63	25.140.317,37	29,93%	

10036560144000000329021011706002849S WAPBF2	Juros	110.635.420,00	105.637.139,73	4.998.280,27	4,52%	Houve grande liberação de recursos no exercício de 2006 para execução do projeto, Desta forma reduziu significativamente o saldo a desembolsar do empréstimo que é a base de cálculo dos encargos.
	Encargos	120.000,00	52.136,55	67.863,45	56,55%	
10036560144000000329022011706002849S WAPBF2 IDOC 2849	TOTAL	110.755.420,00	105.689.276,28	5.066.143,72	4,57%	
Dívida Externa da União Decorrente de Empréstimos e Financiamentos (PAFIB e A.BR/FR) PT 28844090604190001 PTRES 003656	Principal	3.610.492.122,00	817.540.673,07	2.792.951.448,93	77,36%	
	Juros	1.859.850.704,44	1.002.006.324,70	857.844.379,74	46,12%	
	Encargos	29.914.093,56	227.308,07	29.686.785,49	99,24%	
	TOTAL	5.500.256.920,00	1.819.774.305,84	3.680.482.614,16	66,91%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
2855DPMFE 2855DPMFE 2855DPMFE IDOC 2855	Principal	31.102.622.873,59	18.172.238.055,22	12.930.384.818,37	41,57%	O orçamento contemplava valores para permitir operações de recompras de títulos, o que ocorreu, porém, em valores menores que os estimados. Além disso, às emissões foram menores. Desta forma a despesa de encargos foi menor.
	Juros	14.382.344.711,41	12.645.038.861,70	1.737.305.849,71	12,08%	
	Encargos	81.494.517,00	18.690.784,14	62.803.732,86	77,06%	
	TOTAL	45.566.462.102,00	30.835.967.701,06	14.730.494.400,94	32,33%	

Dívida Pública Mobiliária Federal Externa (DPMFE) PT 28844090604250001 PTRES 003657	Principal	3.735.623.235,59	934.448.016,00	2.801.175.219,59	74,99%	
	Juros	14.382.344.711,41	12.645.038.861,70	1.737.305.849,71	12,08%	
	Encargos	81.494.517,00	18.690.784,14	62.803.732,86	77,06%	
	TOTAL	18.199.462.464,00	13.598.177.661,84	4.601.284.802,16	25,28%	
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa (DPMFE) PT 28842090802430001 PTRES 003673	Principal	27.366.999.638,00	17.237.790.039,22	10.129.209.598,78	37,01%	
	TOTAL	27.366.999.638,00	17.237.790.039,22	10.129.209.598,78	37,01%	
10036580100000000469072011706002738 NCARLO 10036580144000000329023011706002738 NCARLO IDOC 2738	Principal	17.138.125,00	17.034.290,28	103.834,72	0,61%	Variação não significativa
	Juros	1.604.020,00	1.369.349,55	234.670,45	14,63%	
	TOTAL	18.742.145,00	18.403.639,83	338.505,17	1,81%	
Dívida Mobiliária Interna da União decorrente de acordo ou decisão judicial (Lei complementar nº 73/93 e Lei nº 9.469/97(TBRASIL e AEROCARLOS)) PT 28846090504530001 PTRES 003658	Principal	17.138.125,00	17.034.290,28	103.834,72	0,61%	
	Juros	1.604.020,00	1.369.349,55	234.670,45	14,63%	
	TOTAL	18.742.145,00	18.403.639,83	338.505,17	1,81%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036610144000000469071011706009999C OBACEN	Principal	44.380.182.433,00	44.380.182.260,97	172,03	0,00%	O índice de atualização monetária do Resultado Negativo do BACEN utilizado na previsão orçamentária, foi superior ao índice verificado quando da execução da despesa.
10036610144000000329021011706009999C OBACEN	Juros	3.316.388.990,00	2.235.013.458,10	1.081.375.531,90	32,61%	
IDOC 9999	TOTAL	47.696.571.423,00	46.615.195.719,07	1.081.375.703,93	2,27%	
Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Balanço do BACEN PT 28846090906690001 PTRES 003661	Principal	44.380.182.433,00	44.380.182.260,97	172,03	0,00%	
	Juros	3.316.388.990,00	2.235.013.458,10	1.081.375.531,90	32,61%	
	TOTAL	47.696.571.423,00	46.615.195.719,07	1.081.375.703,93	2,27%	
10086290143000000469077011706002734I NDIVRO	Principal	1.003.266,00	930.323,04	72.942,96	7,27%	Variação não significativa. Em relação aos encargos houve alocação indevida no sistema interno de orçamento, com permuta de parte da movimentação financeira de juros para encargos.
	Juros	26.624,00	24.651,73	1.972,27	7,41%	
10086290144000000329021011706002734I NDIVRO	Encargos	1.424,00	83,84	1.340,16	94,11%	
10086290144000000329022011706002734I NDIVRO	TOTAL					
IDOC 2734		1.031.314,00	955.058,61	76.255,39	7,39%	

Dívida Interna Decorrente da Criação de Estados PT 28843090504510001 PTRES 008629	Principal	1.003.266,00	930.323,04	72.942,96	7,27%	
	Juros	26.624,00	24.651,73	1.972,27	7,41%	
	Encargos	1.424,00	83,84	1.340,16	94,11%	
	TOTAL	1.031.314,00	955.058,61	76.255,39	7,39%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
10036500100000000469071011706009999I NAVAL 10036500144000000329021011706009999I NAVAL IDOC 9999	Principal	334.856.705,00		334.856.705,00	100,00%	Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos Internos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.
	Juros	228.617.030,00		228.617.030,00	100,00%	
	TOTAL	563.473.735,00	-	563.473.735,00	100,00%	
Honra de Compromisso Interno Decorrente de Aval Concedido pela União PT 28843090508110001 PTRES 003650	Principal	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100,00%	
	Juros	228.617.030,00	-	228.617.030,00	100,00%	
	TOTAL	563.473.735,00	-	563.473.735,00	100,00%	

10036520143000000469077011706009999A VISOMF	Principal	422.522.304,00		422.522.304,00	100,00%	Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos Externos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.
10036520144000000329021011706009999A VISOMF	Juros	264.420.884,00		264.420.884,00	100,00%	
10036520144000000329022011706009999A VISOMF	Encargos	23.730.076,00		23.730.076,00	100,00%	
10036520144000000329022011706009999A VISOMF	TOTAL					
IDOC 9999		710.673.264,00	-	710.673.264,00	100,00%	
Honra de Compromisso Externo Decorrente	Principal	422.522.304,00	-	422.522.304,00	100,00%	
de Aval Concedido pela União (Decretos-Leis nº	Juros	264.420.884,00	-	264.420.884,00	100,00%	
1.982/82 e 2.169/84) (AVISO MF)	Encargos	23.730.076,00	-	23.730.076,00	100,00%	
PT 28844090602620001 PTRES 003652	TOTAL	710.673.264,00	-	710.673.264,00	100,00%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
9999PROES01	C.E	2.719.678.719,00		2.719.678.719,00	100,00%	Não houve execução tendo em vista a não cumprimento das condições de efetividade dos contratos assinados.
IDOC 9999	TOTAL	2.719.678.719,00	-	2.719.678.719,00	100,00%	

Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados PT 28846090203430001 PTRES 003670	C.E	2.719.678.719,00	-	2.719.678.719,00	100,00%	
	TOTAL	2.719.678.719,00	-	2.719.678.719,00	100,00%	
1003717014400000033904502170700EQPR OEX IDOC	EQ	437.343.099,78	354.624.043,92	82.719.055,86	18,91%	Variação não significativa
	TOTAL	437.343.099,78	354.624.043,92	82.719.055,86	18,91%	
Financiamento à Equalização de juros para promoção das exportações PT 23846041202670001 PTRES 003717						
	EQ	437.343.099,78	354.624.043,92	82.719.055,86	18,91%	
	TOTAL	437.343.099,78	354.624.043,92	82.719.055,86	18,91%	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS IDOC	DA	4.168.075,00	3.244.692,25	923.382,75	22,15%	Variação não significativa. Do valor executado foi inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 81.938,64.
	TOTAL	4.168.075,00	3.244.692,25	923.382,75	22,15%	
Gestão da Dívida Pública PT 04123077320770001 PTRES 003728						
	DA	4.168.075,00	3.244.692,25	923.382,75	22,15%	
	TOTAL	4.168.075,00	3.244.692,25	923.382,75	22,15%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	TOTAL
PRINCIPAL (Mobiliária Externa)		31.666.868.671,59	18.234.192.182,35	13.432.676.489,24	42,42%	MOBILIÁRIA EXTERNA
JUROS (Mobiliária Externa)		14.414.677.065,41	12.670.521.431,75	1.744.155.633,66	12,10%	
ENCARGOS (Mobiliária Externa)		81.513.680,00	18.705.327,33	62.808.352,67	77,05%	
TOTAL (MOBILIÁRIA EXTERNA)		46.163.059.417,00	30.923.418.941,43	15.239.640.475,57	33,01%	
PRINCIPAL (Contratual Externa)		4.097.150.746,00	865.540.849,62	3.231.609.896,38	78,87%	CONTRATUAL EXTERNA
JUROS (Contratual Externa)		2.132.787.807,99	1.008.279.353,67	1.124.508.454,32	52,72%	
ENCARGOS (Contratual Externa)		53.719.252,59	292.351,60	53.426.900,99	99,46%	
TOTAL (CONTRATUAL EXTERNA)		6.283.657.806,58	1.874.112.554,89	4.409.545.251,69	70,17%	
TOTAL PRINCIPAL (Externa)		35.764.019.417,59	19.099.733.031,97	16.664.286.385,62	46,60%	DÍVIDA EXTERNA
TOTAL JUROS (Externa)		16.547.464.873,40	13.678.800.785,42	2.868.664.087,98	17,34%	
TOTAL ENCARGOS (Externa)		135.232.932,59	18.997.678,93	116.235.253,66	85,95%	
TOTAL DA DÍVIDA EXTERNA		52.446.717.223,58	32.797.531.496,32	19.649.185.727,26	37,47%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	TOTAL
PRINCIPAL(Mobiliária Interna)		648.700.727.225,00	404.841.909.563,87	243.858.817.661,13	37,59%	MOBILIÁRIA INTERNA
JUROS(Mobiliária Interna)		145.421.563.351,00	122.354.045.393,71	23.067.517.957,29	15,86%	
ENCARGOS(Mobiliária Interna)		-	-	-		
TOTAL(MOBILIÁRIA INTERNA)		794.122.290.576,00	527.195.954.957,58	266.926.335.618,42	33,61%	
PRINCIPAL(Contratual Interna)		44.716.042.404,00	44.381.112.584,01	334.929.819,99	0,75%	CONTRATUAL INTERNA
JUROS(Contratual Interna)		3.545.032.644,00	2.235.038.109,83	1.309.994.534,17	36,95%	
ENCARGOS(Contratual Interna)		1.424,00	83,84	1.340,16	94,11%	
TOTAL(CONTRATUAL INTERNA)		48.261.076.472,00	46.616.150.777,68	1.644.925.694,32	3,41%	
TOTAL PRINCIPAL (Interna)		693.416.769.629,00	449.223.022.147,88	244.193.747.481,12	35,22%	DÍVIDA INTERNA
TOTAL JUROS (Interna)		148.966.595.995,00	124.589.083.503,54	24.377.512.491,46	16,36%	
TOTAL ENCARGOS (Interna)		1.424,00	83,84	1.340,16	94,11%	
TOTAL DA DÍVIDA INTERNA		842.383.367.048,00	573.812.105.735,26	268.571.261.312,74	31,88%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	TOTAL
TOTAL PRINCIPAL (Externa + Interna)		729.180.789.046,59	468.322.755.179,85	260.858.033.866,74	35,77%	DÍVIDA EXTERNA e INTERNA
TOTAL JUROS (Externa + Interna)		165.514.060.868,40	138.267.884.288,96	27.246.176.579,44	16,46%	
TOTAL ENCARGOS (Externa + Interna)		135.234.356,59	18.997.762,77	116.236.593,82	85,95%	
TOTAL DÍVIDA EXTERNA e INTERNA		894.830.084.271,58	606.609.637.231,58	288.220.447.040,00	32,21%	
OUTRAS DESPESAS						OUTRAS DESPESAS
CE - Concessão de Empréstimo		2.719.678.719,00	-	2.719.678.719,00	100,00%	
EQ - Equalização		437.343.099,78	354.624.043,92	82.719.055,86	18,91%	
DA - Despesa Administrativa		4.168.075,00	3.244.692,25	923.382,75	22,15%	
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS		3.161.189.893,78	357.868.736,17	2.803.321.157,61	88,68%	
TOTAL GERAL						TOTAL GERAL
		897.991.274.165,36	606.967.505.967,75	291.023.768.197,61	32,41%	

TABELA I - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007						
Programa de Trabalho/IDOC 04.123.0773.1579.0001 PTRES 003723	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
Projeto de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro – PROGER	DT	1.724.354,00	1.724.354,00	0,00	0,00%	Do valor executado foi inscrito em' Restos a Pagar o valor de R\$ 1.200.000,00.
TOTAL DT (Despesas de Transferência)		1.724.354,00	1.724.354,00	0,00	0,00%	

TABELA II

Restos a Pagar inscrito em 2007		81.938,64
---------------------------------	--	-----------

TABELA III

Restos a Pagar Pagos em 2007		0,00
------------------------------	--	------

TABELA II - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007 (Restos a Pagar Inscrito)						
Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
Gestão da Dívida Pública PT 04123077320770001 PTRES 003728	DA	81.938,64	0,00	81.938,64	100,00%	
TOTAL de Restos a Pagar inscrito em 2007		81.938,64	0,00	81.938,64		

TABELA III - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – 2007 (Restos a Pagar Pagos)

Programa de Trabalho/IDOC	NAT.	Provisionado Inscrito (a)	Executado 2007 (b)	Saldo Orçamentário (a-b)	%	JUSTIFICATIVA
Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados PT 28846090203430001 PTRES 003670	CE	2.930.603.719,55	0,00	2.930.603.719,55	100,00%	Não houve execução de Restos a Pagar, tendo em vista a não cumprimento das condições de efetividade dos contratos assinados.
TOTAL de Restos a Pagar inscrito em 2006		2.930.603.719,55	0,00	2.930.603.719,55		